

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTÓRIA CRISTINA FRANZA CARVALHO

**A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE A IMIGRAÇÃO E O BREXIT:
UM ESTUDO DE CASO**

Porto Alegre

2018

VICTÓRIA CRISTINA FRANZA CARVALHO

**A PERCEÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE A IMIGRAÇÃO E O BREXIT:
UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Maria Ranincheski

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

CARVALHO, VICTÓRIA CRISTINA FRANZA
A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE A IMIGRAÇÃO E O
BREXIT: UM ESTUDO DE CASO / VICTÓRIA CRISTINA FRANZA
CARVALHO. -- 2018.
71 f.
Orientador: SONIA MARIA RANINCHESKI.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Cultura Política. 2. Reino Unido. 3. Imigração.
4. Brexit. I. RANINCHESKI, SONIA MARIA, orient. II.
Título.

VICTÓRIA CRISTINA FRANZA CARVALHO

**A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE A IMIGRAÇÃO E O BREXIT:
UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Sônia Maria Ranincheski - Orientadora
UFRGS

Profª Drª Jennifer Azambuja de Morais
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
UFRGS

Às mulheres que eu me descobri muito parecida nesses últimos quatro anos, minha mãe, Mara, e
minha avó, Suzana.

AGRADECIMENTOS

Ao Estado brasileiro, em especial, aos governos do Partido dos Trabalhadores, pelos investimentos em educação e por institucionalizar a mobilidade de estudantes dentro do Estado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Nessa linha, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e seu corpo docente, discente e técnico pela manutenção da excelência de ensino, pela assistência estudantil e por me habilitar os instrumentos de análise científica para que pudesse melhor compreender e explicar o mundo.

À minha mãe, Mara Cristina, da qual carrego o nome orgulhosamente, e à minha avó, Suzana. Essas mulheres, por muitas vezes nesses últimos 21 anos, privaram-se do mundo para que eu o conhecesse. Elas sempre me incentivaram para que eu encontrasse as soluções dos problemas e cá estou lhes apresentando. O que me ensinaram são as coisas mais valiosas e também irreversíveis. Nada qualificaria melhor minha gratidão senão pelas simples palavras “obrigada por tudo”.

Aos meus professores e professoras do ensino básico ao superior por acreditaram na Educação como um elemento transformador. À Professora Sônia Maria Ranincheski por refinar meu turbilhão de ideias e aceitar me orientar neste trabalho. Agradeço por abrir as portas da Revista Debates e do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nupesal), dos quais absorvi muito sobre o trabalho e a pesquisa. Agradeço aos colegas e amigos que fiz lá, em especial, Ana, Camila e Felipe.

À Professora Doutora Jennifer Moraes por me ensinar, além da teoria, o conceito de Capital Social. Agradeço por acreditar e confiar no meu potencial, dedicar seu tempo a minha vida profissional e se tornar uma referência para mim. Sou grata também a seu esposo, Lucas, pela solidariedade. Obrigada por fazerem parte da minha rede de confiança.

À tia Lê pela assistência.

Aos meus amigos e amigas, Andresa, Artur, Ary, Brites, Bruna, Cami, Esterzinha, Gabs, Giu, Rafa e Mateus por estarem sempre presentes e fazerem a minha vida cheia de sorrisos. Estarem no final da página quer dizer que são as bases da vida! Ao meu parceiro, Rubens, que me possibilitou amadurecer e entender mais meus próprios sentimentos. Quase diariamente perguntava a quantas ia a escrita do trabalho.

Todas essas pessoas contribuíram, cada qual a sua maneira, para minha formação como mulher, estudante, cidadã e, agora, quase graduada. A eles, o meu “muito obrigada”. Espero fazer a vocês e a outras pessoas o muito que fizeram por mim.

“Any book on British politics has to begin with a chapter on British political culture, since this is the context within which British politics take place.”(FORMAN; BALDWIN, 1999, p. 17)

“Man tends to regard the order he lives in as natural.”
(MIŁOSZ, 1951)

“Democracy is a process, not an event.”
(WRIGHT, 2017, p. 2)

RESUMO

Nas últimas décadas, notam-se os papéis cada vez mais ativos de atores não estatais na dinâmica das Relações Internacionais e a percepção política de um grupo, isto é, sua cultura política, é um referencial para orientar a compreensão desse fenômeno. No contexto de constante imigração no Reino Unido, a população britânica é levada a decidir, por meio de um plebiscito, a permanência ou saída de seu país da União Europeia (UE), o primeiro bloco político e econômico do mundo. O voto da maioria, a partir de suas opiniões individuais, condicionaria o modo que se dariam as relações internacionais nos próximos anos. Deste modo, o trabalho busca responder se há uma relação entre a percepção do britânico sobre a imigração e a conjuntura da saída do Reino Unido da UE em 2016, o chamado Brexit. O objetivo geral é examinar o impacto da percepção dos britânicos sobre a imigração e a decisão final do referendo. O trabalho tem como hipótese de que essa relação existe e, além disso, decorre da percepção negativa da imigração nos últimos anos que contribuiu, em partes, para o resultado do referendo. Para atender o objetivo, utilizam-se os dados disponibilizados pelo *survey* do *European Social Survey* (ESS) de 2016. Por fim, conclui-se que a sociedade britânica tende a ser positiva quanto aos impactos da imigração, mas inclina à seletividade dos imigrantes. O papel da percepção da imigração dividiu os eleitores pró e anti-Brexit e é essencial para explicar a decisão do referendo. No entanto, sozinha, ela é uma variável insuficiente para justificar o evento, pois o país carece de coesão social e está fragmentado pela idade, renda e nível educacional.

Palavras-chave: Cultura Política. Reino Unido. Imigração. Brexit.

ABSTRACT

In the last decades, it has been noticed the ever more active roles of non-state actors in the International Relations dynamics. The political perception of a group - i.e., its political culture, is a reference that orients the comprehension of this phenomenon. In the context of constant immigration in the UK, the British citizens are called to a referendum to decide whether the country should stay or leave the European Union (EU), the first political and economical bloc in the world. The vote of the majority, motivated by personal opinions, would guide the way the international relations would be conducted in the following years. Thereby, this work seeks to answer if there's a relation between the perception of the British on immigration and the context of the UK exiting the EU in 2016, also known as Brexit. The general objective is to evaluate the impact of the British perception on immigration and the final result of the referendum. The hypothesis of this work is that there is a relation, and furthermore, it has arisen from the negative perception on immigration in the last few years and has partially contributed to the results of the referendum. To achieve the objective, the data made available by the 2016's European Social Survey has been used. Lastly, the conclusion is that the British society has a positive tendency towards the impacts of immigration, although inclined to selecting the immigrants. The role of the perception on immigration has divided the voters pro and anti-Brexit and it's fundamental to explain the outcome of the referendum. However, this variable alone is not enough to justify the events, since the country lacks the social cohesion and is fragmented by age, income and educational levels.

Keywords: Political Culture. United Kingdom. Immigration. Brexit.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Imigração no Reino Unido 2008-2017 (em mil pessoas).....	33
Gráfico 2 – Motivos para imigração no Reino Unido (2008-2017) (em mil pessoas).....	35
Gráfico 3 – Oposição aos imigrantes/imigração 1964-2016 (%).....	36
Gráfico 4 – Você é a favor da entrada de imigrantes de... ? (%).....	37
Gráfico 5 – Você diria que o Reino Unido se tornou um lugar pior ou melhor para se viver com a chegada de imigrantes? (%).....	38
Gráfico 6 – Você diria que a economia melhorou ou piorou com os imigrantes? (%).....	39
Gráfico 7 – Você prefere que o Reino Unido permaneça na UE ou deixe?.....	43
Gráfico 8 – Você acha que a unificação do RU na UE foi longe demais ou pode ir além? (%)..	43
Gráfico 9 – O quão emocionalmente ligado você se sente com...? (%).....	44
Gráfico 10 – Cruzamento entre a percepção sobre o enriquecimento da cultura com imigrantes e o voto no referendo do Brexit em 2016.....	49
Gráfico 11 – Cruzamento entre os que permitem imigrantes de raças/grupos étnicos diferentes da maior parte dos britânicos e o voto no referendo do Brexit em 2016 (%).....	50
Gráfico 12 – Cruzamento entre a percepção sobre entrada de imigrantes da mesma raça/grupo étnico que a maior parte dos britânicos e o voto no referendo do Brexit em 2016 (%).....	51
Gráfico 13 – Cruzamento entre a percepção sobre o imigrante na economia e o voto no referendo do Brexit em 2016 (%).....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BES	– British Election Study
BREXIT	– Britain Exit
BSA	– British Social Attitudes
CEE	– Comunidade Econômica Europeia
ESS	– European Social Survey
MWUK	– Migration Watch United Kingdom
NHS	– Serviço Nacional de Saúde
OCDE	– Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIG	– Organização Internacional Governamental
ONG	– Organização Não Governamental
NOS	– Office for National Statistics
ONU	– Organização das Nações Unidas
RI	– Relações Internacionais
SPSS	– Statistical Package for the Social Sciences
EU	– União Europeia
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CULTURA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	18
2.1	O PAPEL DA CULTURA POLÍTICA.....	20
3	A CULTURA POLÍTICA DOS BRITÂNICOS.....	25
3.1	A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE IMIGRAÇÃO.....	30
4	OS BRITÂNICOS E OS OUTROS: OS EUROPEUS.....	41
4.1	A RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE IMIGRAÇÃO E O BREXIT.....	47
5	CONCLUSÃO	

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o Estado foi considerado o objeto das Relações Internacionais (RI), do qual, a partir dele, saíam problemas e soluções que constrangeriam as nações. No entanto, com o fim do sistema de Westphalia, a discussão sobre a centralidade do Estado é posta em xeque, em especial, por entendê-lo como uma instituição anacrônica que limitaria o entendimento da complexidade do mundo contemporâneo. Atualmente, discute-se o papel cada vez mais ativo de atores não estatais e se exalta a importância de atores transnacionais e seus respectivos impactos na agenda internacional (SATO, 2000). Assim, compreender o Estado como um corpo pluridimensional é fundamental para interpretar eventos e balancear as RI. Nelas, esse debate ficou conhecido pelo surgimento de novos temas das RI, que nada de novo têm, mas sim inovador ao trazer outras perspectivas de análise para temas que por muito tempo permeiam as relações internacionais (CASTRO, 2012).

Joseph Nye (2004), por exemplo, defende a ideia que duas grandes mudanças de poder estão ocorrendo nas Relações Internacionais no século XXI. A primeira é dada pela transição de poder dos Estados, sua orientação está mudando do Ocidente para o Oriente. O outro tipo de mudança que vem ocorrendo diz respeito à difusão de poder dos Estados para atores não estatais. Em outra perspectiva, Robert Putnam (2010) reconhece a inevitabilidade do conflito doméstico em relação às exigências do interesse nacional, partindo da premissa que a política doméstica e as relações internacionais, com frequência, são inextricavelmente vinculadas. Ele desenvolveu essa ideia no que ficou conhecido nas Relações Internacionais e Ciência Política como “lógica do jogo de dois níveis”.

Portanto, entre a comunidade e o cenário internacional, há inúmeros fatores a serem considerados para condicionar a conduta dos Estados em sua lógica de relacionamento externo, seja em suas escolhas estratégicas de ação, seja em sua diplomacia. O desenho institucional e a cultura política possuem grande peso nessa relação, pois eles atuam na complementaridade explicativa sobre a ação política internacional (BAQUERO, 1994).

Em 1963, Gabriel Almond e Sidney Verba publicaram um trabalho de política comparada, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, que se tornou um clássico para a Ciência Política. Usando evidências de pesquisas *survey*, eles procuraram identificar as orientações e comportamentos associados a democracias estáveis. Almond e Verba (1963) argumentam que os indivíduos deveriam se sentir capazes de se afirmar politicamente quando a ocasião exigisse, seja votando em eleições ou participando de partidos políticos, grupos de pressão e movimentos sociais.

Dos cinco países estudados por Almond e Verba, foi o Reino Unido que mais se aproximou para exemplificar o que foi apelidado "cultura cívica" (ALMOND; VERBA, 1963). Neste país, os eleitores alcançaram uma mistura saudável de ativismo e passividade, sustentada por fortes instituições representativas, uma sociedade civil rica e o legado histórico de uma transição pacífica do absolutismo para a democracia no século XIX (STREET, 1994).

Hoje, o Reino Unido é tido como mais hospitaleiro para estrangeiros do que outros países europeus e é o segundo país do continente, atrás da Alemanha, com a maior entrada de imigrantes. Com uma legislação trabalhista menos restritiva, os empregadores estão mais dispostos a contratar imigrantes, pois flexibilizam seus salários ao pagarem menos. Acrescenta-se a isso o fato de que é mais fácil para os imigrantes cidadãos da União Europeia (UE) reivindicarem benefícios, como habitação social e acesso a serviços de saúde e educação para eles e sua família (CAMPBELL, 2018a). Por fim, os britânicos estão acostumados a receber e integrar culturalmente estrangeiros ligados a países europeus da UE e da *Commonwealth*¹. Isso demonstra a tolerância do britânico no convívio com as diferenças, reforçando a ideia de que o Reino Unido é um alvo para os imigrantes (WADSWORTH et al., 2016).

Segundo o *Migration Watch United Kingdom* (2017), a imigração cresceu muito nos últimos vinte anos e uma fração significativa deste crescimento foi advinda de cidadãos da União Europeia, especialmente depois de 2004 com a adesão de dez países da Europa Oriental (Chipe, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca). Em vinte anos, 1996-2016, o número de imigrantes de países da UE que vivem no Reino Unido triplicou de 0,9 milhões para 3,3 milhões. Desses, 29% eram poloneses, representando a maior faixa de imigrantes da UE no período. A vinda de imigrantes aumentou a renda nacional e em troca da melhoria de vida dos estrangeiros em comparação com a situação de seus países de origem. Os imigrantes da UE são mais instruídos, mais jovens e mais propensos a trabalhar (MWUK, 2017a).

Estudos do *Office for National Statistics* (ONS, 2018) mostram que as áreas do Reino Unido com grandes aumentos na imigração da UE não sofreram quedas maiores nos empregos e salários dos trabalhadores britânicos, além de manter a estabilidade da renda ou o aumento dela em algumas regiões. Os britânicos, em sua maioria, reconhecem os benefícios dos imigrantes para o desenvolvimento da nação e, em geral, admitem o enriquecimento cultural que a

¹ A maior parte das ex-colônias asiáticas e africanas mantiveram vínculos econômicos com as ex-metrópoles através da *Commonwealth* britânica e da Comunidade Francesa das Nações. Estes vínculos eram institucionalizados por meio de acordos bilaterais abarcando a cooperação militar, econômica e cultural. Culturalmente, cartilhas de alfabetização europeias eram enviadas às elites das ex-colônias, que viriam a administrar os recentes países soberanos (VISENTINI, 2008).

imigração traz. No entanto, a imigração é recorrentemente percebida como um dos principais problemas enfrentados no país. Assim, a maior parte dos britânicos deseja que o número de imigrantes seja reduzido (ESS, 2016a).

Nesse contexto, o questionamento dos benefícios da integração regional europeia, que garante a livre circulação de pessoas residentes do bloco², ficou mais caloroso nos últimos anos (WIMMER; SCHILLER, 2002). Em janeiro de 2013, o então primeiro ministro britânico David Cameron, do Partido Conservador, fez um discurso histórico. Nele, Cameron exalta em tom nacionalista sobre crise econômica presente no Reino Unido e sobre os diferentes parâmetros estabelecidos para o cumprimento de acordos dentro da própria União Europeia. Ele defende a ideia que³ “uma economia mundial crescente beneficia a todos, mas não devemos ter dúvidas de que uma nova corrida mundial entre as nações está em andamento hoje” (CAMERON, 2013, não paginado, tradução nossa). No final de seu discurso, ele demonstra a intenção de um referendo para decidir o futuro do país. Acredita que não há nada melhor que os próprios britânicos decidam, democraticamente, pelos impactos que serão sofridos diretamente em suas vidas.

A decisão de David Cameron de convocar o referendo introduziu uma nova fonte de conflito na arena da vida pessoal e política. Ele reforçou as identidades políticas entre os *leavers* e *remainers*, *Brexiteers* e *remoaners*⁴, taxando o eleitorado e polarizando o debate tão complexo e multifacetado (VOTING..., 2016). Nesse ínterim, a imigração foi apontada como uma das principais pautas do debate entre os eleitores, junto à crise econômica e o serviço de saúde. Relatórios de organizações não governamentais e comunicados de imprensa anunciavam os milagrosos benefícios econômicos da imigração: altos níveis de imigração aumentariam o produto interno bruto, garantindo o fim da escassez de mão-de-obra qualificada (MWUK, 2017a; ONS, 2018; CAMPBELL, 2018b). Os altos níveis de imigração ajudariam também o Reino Unido a evitar o envelhecimento da população. Assim, mais de 130 mil autorizações de trabalho a imigrantes foram emitidas em 2008 (WADSWORTH, 2016).

Os movimentos pelo *leave* e *remain* centralizaram o cotidiano do país desde o discurso de Cameron até o dia 23 de junho de 2016, no qual o povo britânico votou em um referendo

² “A liberdade de circulação e de residência das pessoas na UE constitui a pedra angular da cidadania da União, estabelecida pelo Tratado de Maastricht em 1992. A supressão gradual das fronteiras internas nos termos dos acordos de Schengen foi seguida da adoção da Diretiva 2004/38/CE relativa ao direito de os cidadãos da UE e os membros das suas famílias poderem circular e residir livremente na UE. Não obstante a importância deste direito, dez anos após o prazo de transposição da diretiva ainda persistem obstáculos substanciais”. Artigo 3.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia (TUE); Artigo 21.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), Títulos IV e V do TFUE, Artigo 45.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

³ “[...] a growing world economy benefits us all, but we should be in no doubt that a new global race of nations is underway today” (CAMERON, 2013, não paginado).

⁴ *Leavers* e *Brexiteers* se referem às pessoas a favor da saída do bloco. *Remainers* e *remoaners*, por sua vez, àqueles que desejam a permanência.

sobre a permanência ou saída da União Europeia. Com uma taxa alta de participação, 72,1%, quase metade dos eleitores, 51,8%, votou pela saída do país do bloco europeu, reforçando a polarização da população. Este é, quiçá, o referendo mais importante que decidirá o rumo das relações internacionais da Europa pelas próximas décadas (TILFORD, 2018). Os últimos anos desde o Brexit, nome que evoca a saída do país do bloco, têm sido um dos períodos mais turbulentos em sua memória política. Começou com a campanha do referendo, seguido rapidamente pela eleição de Theresa May, do Partido Conservador, como primeira-ministra. Surgiram, então, os ataques da mídia ao judiciário, as divisões no Parlamento e manifestações anti-Brexit. Com um parlamento enfraquecido, a primeira-ministra se esforça em defender o Brexit e a implementação de políticas anti-imigratórias para membros da UE (JOHN; LIU; FIELDHOUSE, 2017). Em contrapartida, a percepção britânica sobre a imigração tem se mostrado positiva (44%) no período pós-Brexit, embora o público ainda deseje a redução de imigrantes (IPSOS MORI, 2018).

A experiência política da qual os britânicos passaram na última década nos leva a refletir sobre a importância da cultura política nas democracias contemporâneas. Baquero (1994) e Moisés (2008) afirmam que o diálogo político é um instrumento essencial para que democracias estáveis não sejam interrompidas por conjunturas polarizadas. Apesar de todo o caos desencadeado por uma crise econômica, parlamento enfraquecido e polarização da população, o Brexit será um aprendizado para as democracias em um longo prazo. Em especial, a tão tradicional britânica.

Dito isso, o “outro” ou o “interno”, sempre estiveram presentes nos estudos sobre Estados, guerras e democracia. Portanto, torna-se imperativo considerá-lo como objeto que pode ser influente e constrangedor de ações políticas (PUTNAM, 2010). Nesse sentido, compreender de que maneira as percepções e valores políticos das pessoas têm impacto na política é um exercício atual que exige, de certa forma, outras interpretações para a análise da realidade e para os estudos das RI.

Considerar dois fenômenos internacionais na atualidade, a imigração e o Brexit, a partir da percepção dos britânicos é inovador e imperativo para contribuição dos estudos em Relações Internacionais e Ciência Política. O contexto é atual e complexo, sendo necessário aprofundar os estudos na tentativa de diversificar os instrumentos analíticos sobre ele. A percepção política de um grupo, isto é, sua cultura política, é um referencial para orientar a compreensão dessa dinâmica. No contexto de constante imigração no Reino Unido, a população britânica decidiu pelo Brexit, condicionando, assim, como se darão as relações internacionais nos próximos anos.

Sendo assim, questiona-se: há uma relação entre a visão dos britânicos sobre a imigração e a conjuntura da saída do Reino Unido da UE, o chamado Brexit?

O objetivo do trabalho é examinar a relação da percepção dos britânicos sobre a imigração e a decisão final do referendo do Brexit. Para atingir este objetivo, pretende-se:

- a) contribuir para a discussão do papel da cultura política dos britânicos nas Relações Internacionais;
- b) construir uma análise descritiva sobre percepção do britânico sobre a imigração;
- c) verificar a relação entre a percepção dos britânicos sobre imigração e a decisão final do referendo do Brexit.

A hipótese é a de que há uma relação entre a visão dos britânicos sobre a imigração e o Brexit. Há uma tendência negativa sobre a percepção imigratória nos últimos anos que contribuiu, em partes, para o resultado do referendo, acarretando a saída do Reino Unido do bloco europeu.

A metodologia selecionada é quantitativa, buscando combinar análises do contexto histórico com a Cultura Política. A técnica de pesquisa está fundamentada na pesquisa bibliográfica de textos e análises prévias sobre os temas de Cultura Política, imigração no Reino Unido e Brexit. O trabalho tem como abordagem uma análise exploratória de dados quantitativos a partir da *survey* de 2016 do *European Social Survey* (ESS)⁵. A abordagem se dá em duas dimensões: a percepção histórica do britânico sobre a imigração em 2016 e a relação entre o pensamento do britânico sobre a imigração e o Brexit.

As dimensões serão guiadas pelo cruzamento das questões do questionário de 2016 do ESS utilizando o *software* IBM SPSS:

- 1) *would you say it is generally bad or good for [Britain / the UK26]'s economy that people come to live here from other countries?*⁶;
- 2) *and, using this card, would you say that [Britain / the UK27]. 's cultural life is generally undermined or enriched by people coming to live here from other countries?*⁷;
- 3) *is [Britain / the UK28] made a worse or a better place to live by people coming to live here from other countries?*⁸;

⁵ *European Social Survey* (ESS) é uma iniciativa científica e social em mapear padrões de crenças atitudes e comportamentos de populações na Europa. Fundada em Londres, em 2001, hoje se estabelece na Universidade de Londres. Em 2005, a ESS ganhou o prêmio Descartes em *Research and Science Communication* (ESS, 2018).

⁶ Você diria que é bom ou ruim para a economia britânica a vinda de imigrantes? (tradução nossa).

⁷ Você diria que a vida cultural britânica é debilitada ou enriquecida com a vinda de imigrantes? (tradução nossa).

4) *in the EU referendum in June 2016, did you vote for the UK to 'remain a member of the European Union' or to 'leave the European Union'?*⁹

5) *now thinking about the European Union, some say European unification should go further. Others say it has already gone too far. Using this card, what number on the scale best describes your position?*¹⁰

As questões 1 a 3 se referem à percepção do britânico sobre imigração. As questões 4 e 5 se referem à percepção do britânico sobre a participação do Reino Unido na União Europeia e o voto do referendo do Brexit de 2016. As variáveis de percepção da imigração originalmente eram codificadas em uma escala de 0 a 10, onde o zero indicava a percepção negativa e o dez a positiva. Elas passaram a ser codificadas em uma escala de cinco, com 1 = muito negativa (0 e 1), 2 = negativa (2 a 4), 3 = regular (5), 4 = positiva (6 a 8), 5 = muito positiva (9 e 10).

Assim, neste trabalho verifica-se a) a frequência daqueles que acreditam que a imigração fez com que o Reino Unido se tornasse um lugar melhor para se viver; b) a frequência daqueles que acreditam que a imigração fez com que o Reino Unido se tornasse um lugar pior para se viver e; c) a frequência dos que acreditam que a unificação da União Europeia foi longe demais em comparação com os que acreditam que ela ainda pode ir além.

Avalia-se o cruzamento entre a) aqueles que acreditam que há melhora ou piora da economia com a imigração e o voto no referendo; a) aqueles que acreditam que há enriquecimento da cultura com a imigração e o voto no referendo; c) aqueles que acreditam que o Reino Unido se tornou um lugar melhor ou pior para se viver e o voto no referendo.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira apresenta uma revisão da literatura sobre Relações Internacionais e Cultura Política, a fim de discutir as limitações e contribuições de cada área para a instrumentalização da pesquisa. A segunda parte caracteriza historicamente a cultura política dos britânicos, a fim de compreender como se fundamentam os valores políticos contemporâneos dessa nação. Nessa linha, é discutida a percepção do britânico sobre a imigração no contexto atual. A terceira parte limita a discutir a percepção do britânico sobre a imigração e o Brexit em 2016. Para isso, há um balanço entre as contribuições do bloco para o Reino Unido frente às movimentações pró-Brexit ao longo do tempo. Na última parte, são discutidas as principais considerações que podemos tirar deste trabalho.

⁸ O Reino Unido se tornou um lugar pior ou melhor para se viver com a vinda de imigrantes? (tradução nossa).

⁹ No referendo de junho de 2016, você votou pela saída ou permanência do Reino Unido na União Europeia? (tradução nossa).

¹⁰ Agora pensando sobre a União Europeia, alguns dizem que ela pode ir além. Outros dizem que ela já foi longe demais. Qual número da escala, de 0 a 10, melhor descreve sua posição? (tradução nossa).

2 CULTURA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O estudo das Relações Internacionais (RI) inicia na tentativa de responder a causa do que Halliday chama de “a maior de todas intrusões” do ambiente externo no ambiente interno, a guerra (HALLIDAY, 1999, p. 19). No entanto, ele ainda aponta que, à medida que o tempo e o espaço mudam, as intrusões e questões para entender a dinâmica interna-externa também mudam. Assim, da mesma maneira que a disciplina é criada, o pensamento sobre seu objeto também é construído. Em síntese, “todas as teorias se localizam no espaço, tempo, cultura e história [que surgem]” (DUNNE; KURKI; SMITH, 2013, p. 9).

O fenômeno da consolidação do Estado Moderno está relacionado à criação do Realismo Político, assim como o estabelecimento da classe burguesa está relacionada à corrente Liberal e seu ideário político, social e econômico. Estes ideários dizem respeito ao conjunto de valores e percepções construídas pelas sociedades para interpretar e entender as suas realidades, possibilitando seu uso como instrumento de construção política e produção de pensamentos capazes de mover Estados e populações (PECEQUILO, 2004).

A partir do pós-Segunda Guerra, os atores não estatais, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, conviveram com os Estados formando processos como regionalização, interdependência e transnacionalização. Esses atores, podem se apresentar em formas de organizações internacionais governamentais (OIGs) ou não governamentais (ONGs), empresas multinacionais ou movimentos da sociedade civil. Assim, tornou-se essencial reorganizar o pensamento e método de análise e investigação para abraçar novos fenômenos e processos que se expressaram. Pecequilo e Luque (2016) afirmam que a demanda a novas óticas e reflexões sobre o mundo atual são produto da interação entre os Estados e suas respectivas sociedades.

Immanuel Kant (1795), antes mesmo da consolidação do Estado alemão, já discutia a ideia de confederações, governança global e cosmopolitismo, o que futuramente se tornou uma das bases das teorias de integração europeia. Esse pensamento é fundamentado na capacidade reformadora dos indivíduos de atingir uma consciência universal. Nas Relações Internacionais, o pensamento kantiano de cosmopolitismo foi influência nas reflexões de Woodrow Wilson sobre meios de prescrever a guerra por meio de uma paz universal¹¹. Suas concepções liberais ficaram conhecidas como Idealismo Wilsoniano, associado à construção de paz pós-Primeira Guerra e ascensão da hegemonia norte-americana (PECEQUILO, 2004; HERZ; HOFFMAN, 2004).

De forma geral, o Idealismo, apesar de admitir a anarquia do Sistema Internacional (SI) como o Realismo, isto é, a ausência de um poder soberano acima dos Estados, sustenta 1) a

¹¹ Ver “14 pontos de Wilson”.

democracia e a universalização de seus valores; 2) a segurança universal por intermédio de um regime coletivo – vide Liga das Nações, Organização das Nações Unidas etc. -, garantindo a cooperação e defesa mútua e; 3) a autodeterminação dos povos, respeitando e garantindo a soberania de uma identidade e unidade comum (FERNANDES, 2016; PECEQUILO, 2010). Em suma, o sentido do poder e o conteúdo dos interesses estão em função das ideias (WENDT, 1999). Essas premissas foram, em certa medida, desgastadas pela conjuntura da Grande Depressão e ascensão dos fascismos a partir dos anos 1930, mas deixando uma herança para o modo de enxergar as RI, expressa principalmente no Primeiro Grande Debate das Relações Internacionais.

A herança deste debate foi fundamental para o desenvolvimento das correntes Liberal e Construtivista, a partir dos anos 1980. No contexto de globalização, em termos econômicos e políticos, a ordem liberal carregava a ideia de uma sociedade aberta, livre e sem censura, transparente e participativa, guiada por uma lógica de mercado autorregulamentado e sem barreiras, do qual o Estado tinha participação mínima que não em temas sociais. O dito neoliberalismo ficou associado historicamente nos governos de Margaret Thatcher, a então primeira ministra britânica, e Ronald Reagan, o então presidente dos Estados Unidos, que tinham como base a reforma do Estado de Bem-Estar Social (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; TOLOSSA, 2004).

Os construtivistas abordam que as relações humanas e, inclusive, internacionais consistem essencialmente de pensamentos e ideias, não de forças ou condições materiais. As crenças intersubjetivas constituem um elemento ideológico que expressam a maneira que são construídas as relações. Estas, por sua vez, são formadas e traduzidas por intermédio de instituições, como o Estado (FINNEMORE; SIKKINK, 2001). As forças materiais, segundo Alexander Wendt (1999), têm efeito independente na política internacional e que as ideias não explicam tudo, mas é só devido à interação com as ideias que as forças materiais têm efeito na política internacional.

Por outro lado, neoliberais, como Robert Keohane e Joseph Nye (1977), defendem a ideia que duas grandes mudanças de poder estão ocorrendo nas Relações Internacionais no século XXI. A primeira é dada pela transição de poder dos Estados, sua orientação está mudando do Ocidente para o Oriente. O outro tipo de mudança que vem ocorrendo diz respeito à difusão de poder dos Estados para atores não estatais, como movimentos e organizações nacionais e internacionais.

Em outra perspectiva, Robert Putnam (2010) reconhece a inevitabilidade do conflito doméstico em relação às exigências do interesse nacional, partindo da premissa que a política

doméstica e as relações internacionais com frequência são inextricavelmente vinculadas. Ele desenvolveu essa ideia no que ficou conhecido nas Relações Internacionais e Ciência Política como “lógica do jogo de dois níveis”. Em consonância com esse pensamento, estudos de Katzenstein (1976) e Krasner (2012) mostraram a importância dos fatores domésticos para a política econômica externa. O ponto essencial do Estado deveria, enquanto formulador central das políticas, preocupar-se com as pressões domésticas e internacionais. As políticas deveriam ser, portanto, compatíveis com esses dois níveis.

Assim, nas Relações Internacionais, a perspectiva que entendia a política externa como produto da interação entre as preferências dos atores domésticos ganhou corpo. A opinião pública, medida por *surveys*, era uma variável considerada para explicar o comportamento externo dos Estados e conferir a credibilidade às ações do governo. Os avanços e refinamentos das pesquisas *survey*, nos últimos anos, tiveram o papel de reduzir o ceticismo sobre o papel da opinião pública na política externa (ONUKEI; MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2012).

Portanto, as orientações políticas e as relações internacionais se afetam mutuamente. Faria (2008) acredita que a opinião pública constranja, dite ou ignore a conduta dos formuladores de política externa. Nesse sentido, Thomas Bailey, Walter Lippman, George Kennan e Gabriel Almond foram responsáveis por investigar essa relação a partir dos anos 1960. Eles acreditam que a opinião pública influencia a formulação política, embora esta também afete a opinião por meio das mídias de massa. O papel da opinião pública, nesta relação, estaria em maior peso em constranger a política externa, do que de fato em sua definição (SOBEL, 2001).

2.1 O PAPEL DA CULTURA POLÍTICA

Em um dos contextos mais calorosos da Guerra Fria, o Ocidente, em especial, os americanos, empenhava-se em manter e expandir a democracia no globo, formando um muro de contingência ao comunismo. Foi papel dos cientistas políticos identificar elementos que poderiam garantir a democracia em países alinhados ao modelo ocidental. O apelo às condições para a estabilidade democrática com os mais adequados valores políticos, em meio à modernização e ao desenvolvimento, foram as principais motivações dos estudos de Cultura Política (KAVANAGH, 1980).

Em 1963, Gabriel Almond e Sidney Verba publicaram *The Civic Culture*, seguido por *Political Culture and Political Development*, de Verba e Lucian Pye, em 1965. A questão norteadora das abordagens de Almond-Verba-Pye era se as crenças das pessoas faziam regimes democráticos sobreviverem e florescerem (PATEMAN, 1971; CASTRO, 2008). O livro de Almond e Verba apresenta um estudo comparativo entre cinco países buscando explicações

culturais para fenômenos políticos. A introdução do *survey* como técnica de pesquisa inovou a confiabilidade e análises de comportamento político (RENNÓ, 1998). Por outro lado, foi alvo de críticas sobre sua confiabilidade (CHILCOTE, 1994).

Assim, coloca-se como objeto na Ciência Política o comportamento político dos cidadãos, pressupondo como indispensável para as tomadas de decisões do jogo político. Almond e Verba (1963, p. 12) definem “o termo ‘cultura política’ às orientações especificamente políticas - atitudes em relação ao sistema político e suas várias partes -, e atitudes em relação ao papel do sujeito no sistema¹²”. Assim, as crenças e valores políticos, como orgulho nacional, interesse por política, participação, tolerância, confiança interpessoal e institucional afetam o envolvimento das pessoas com a vida pública. Em um aspecto macro, a cultura política de uma nação seria “a distribuição particular de padrões de orientação para objetos políticos entre os membros da nação¹³” (MOISÉS, 2008; ALMOND; VERBA, 1963, p. 13, tradução nossa).

Almond e Verba caracterizaram a cultura política de uma nação em duas dimensões. Primeiro, eles distinguem os tipos de atitudes políticas: a) orientações cognitivas, que envolvem conhecimentos e crenças sobre política; b) orientações afetivas, que são sentimentos positivos ou negativos em relação à objetos; e c) orientações avaliativas, que envolvem julgamentos sobre políticas opções e processos. Em seguida, as instituições às quais essas atitudes são dirigidas: a) o sistema político geral; b) partidos políticos, grupos de interesse ou atores engajados em transmitir demandas dos cidadãos às instituições; c) burocracias governamentais ou agentes de autoridade estatal que implementam políticas públicas; e d) modelos do que o cidadão ideal deveria fazer (ALMOND; VERBA, 1963).

A partir disso, identificaram três tipos de cultura política: a paroquial, a súdita e a cívica. A cultura política paroquial consiste na existência de cidadãos apolíticos. Eles desconhecem o governo e suas políticas e não se veem envolvidas no processo político. Por sua vez, a súdita é aquela em que os indivíduos estão cientes do processo político e seus resultantes, mas lhes faltam orientações para qualifica-los como participantes ativos na política. Eles são estabelecidos como sujeitos que respondem às ordens e compõem uma massa facilmente mobilizada. Por fim, na cultura cívica, nome que corresponde ao título de sua obra de 1963, os cidadãos respeitam as leis e autoridades políticas legítimas. Além disso, reconhecem seus papéis limitados que se

¹² “The term ‘political culture’ thus refers to the specifically political orientations - attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 12).

¹³ “the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 13).

concentram em eleger representantes dentro de organizações e cargos públicos. O envolvimento direto em formulações políticas não condiz a atuação do cidadão comum, ele acaba por participar democraticamente de outras formas. Assim, os autores qualificaram a cultura cívica como a mais propícia para a democracia (ALMOND; VERBA, 1963; STREET, 1993).

O primeiro dos argumentos surge a partir da investigação do processo de socialização política (ALMOND; VERBA, 1963). A suposição é que a estrutura política democrática é responsiva aos seus respectivos cidadãos. Essa ideia implica que os cidadãos possam influenciar as decisões políticas e, portanto, o sistema cultural desempenha um papel crucial (PATEMAN, 1971). Baquero (2004, p. 194) argumenta que “[...] isso é aceitar que as instituições são construídas por pessoas que vão aplicar suas políticas a partir de seus valores e crenças”. Assim, as características das instituições poderiam auxiliar no entendimento de diferentes níveis de desempenho governamental (LIJPHART, 1984). Nessa linha, Sheple (2015) e Putnam (1993) sustentam que a existência de uma virtude cívica afetaria o desempenho democrático do governo. Deste modo, a cultura e a estrutura política estão associadas.

A partir de então, a Cultura Política é criticada quanto à indefinição de variáveis relacionadas à formação da cultura política e a estrutura. A socialização política seria insuficientemente explicativa, reducionista e controversa, carregando um viés a favor do modelo democrático liberal (STREET, 1993; CHILCOTE, 1994; ELKINS; SIMEON, 1979). Outra crítica ronda a falta de aspectos materiais sobre atitudes e valores políticos. A classe social e formação histórica de um país determinariam as atitudes políticas de uma nação e, portanto, a condição para um regime democrático (RENNÓ, 1998; PATEMAN, 1971).

No entanto, na medida em que a cultura política é aprendida, principalmente na infância e juventude pelo processo da socialização política, os valores mudam, embora bastante resistentes (VERBA, 1969, p. 550). As orientações políticas têm uma longa duração no tempo, sobre pressões geracionais e/ou modernizações econômica e social. Assim, elas podem variar dependendo do teor dos valores e atitudes dos cidadãos moldados no processo de socialização política (INGLEHART, 2002). A ela, fica encarregada a produção e a renovação de atitudes sobre o poder, a legitimidade, a autoridade e a política pública. Nesse processo, os cidadãos são construídos pelas relações com a sociedade e com o país, seja ele em aspectos geográficos ou institucionais. Esses, por sua vez, são chamados de agentes de socialização política e determinam, em médio prazo, quais temas políticos prevalecem nas preocupações dos cidadãos em relação ao propósito do governo, no processo político, aos tipos de pessoas a quem confiar, às autoridades decisórias, aos limites do Estado, governo, família etc (DALTON, 1999;

SWEDLOW, 2013). Assim, a transmissão inter-geracional não está associada apenas com as experiências individuais, mas sim ligada à formação da cultura política.

Nessa linha, alguns valores persistem no tempo, apesar da mudança de cultura política. As peculiaridades históricas, o legado de um passado em comum e a formação das instituições estão ligados à estrutura e, portanto, na capacidade de uma estabilidade democrática. “Em longo prazo, a democracia não seria alcançada simplesmente com mudanças institucionais ou manobras no nível das elites. Sua sobrevivência também depende dos valores e das crenças das pessoas comuns” (INGLEHART, 1988, p. 152). Assim, a cultura política, para Diamond (1994), seria uma variável interveniente, e não causal, para explicar a vitalidade democrática, assim como a estrutura social, mudanças econômicas e o ambiente internacional. As diferenças socioeconômicas entre as nações decorreriam, portanto, das circunstâncias históricas e da formação de suas estruturas. Assim, Diamond e Morlino (2004) identificaram a variabilidade qualidade da democracia conforme a atuação e o exercício da lei, da participação, da fiscalização do governo, do respeito pelas liberdades civis e da igualdade política.

O desenvolvimento socioeconômico segundo Welzel, Inglehart e Klingemann (2001), em outra perspectiva, seria acompanhado pelo aumento da produtividade e qualidade de vida, gerando mudanças de valores no sentido de aumentar interações humana e redes entre as sociedades. Putnam (1993) e Fukuyama (1995) vão à mesma linha, afirmando que os valores acelerariam a capacidade de desenvolvimento. Por outro lado, Lipset (1959) argumenta que a democracia promove a estabilidade política e, portanto, o desenvolvimento socioeconômico. Assim, os esses autores sugerem que os fatores culturais têm destaque no desenvolvimento de uma nação. Inglehart (1988) completa e, por vezes, contraria o argumento afirmando que o desenvolvimento econômico não garante a democratização, apenas quando o padrão há uma alteração na cultura política vigente.

A configuração populacional, as mudanças de gerações, as alterações nos estilos de vida individuais e o estímulo institucional poderiam mudar os valores de uma nação (KAVANAGH, 1969). Inglehart e Welzel (2005) afirmam que sociedades mais desenvolvidas se diferem das menos desenvolvidas ao possuir o que eles chamam de valores de autoexpressão. Estes valores seriam produto do desenvolvimento humano que estaria possibilitado em países mais desenvolvidos. A transferência de valores dos valores de sobrevivência por valores de autoexpressão conceberia a emancipação do indivíduo da autoridade e, em um nível macro, da sociedade para o Estado. Esses valores refletem em uma postura que encoraja as pessoas a serem críticas e se organizarem civicamente para então expressar opiniões (DALTON; WELZEL, 2014). Gibson (2013) admite a tolerância política como fundamental para a manutenção

democrática, em especial, na manutenção institucional da política em épocas de retrocesso. O espaço aberto e acolhedor de diferenças de valores garante a manutenção da democracia. A preferência e identificação com uma cultura é dada pelo conflito entre valores. São as diferenças entre os grupos que definem a própria identidade política de uma sociedade.

Assim, em uma sociedade democrática, o regime deve satisfazer as expectativas dos cidadãos em relação ao papel que eles desempenham nela. Deste modo, existe uma relação de confiança assegurada aos cidadãos sobre as liberdades e igualdades políticas que asseguram suas respectivas aspirações e interesses. Espera-se ainda que os cidadãos possam avaliar, por meio de instituições, o desempenho do governo e seus representantes. Portanto, a execução das instituições é formada a partir dos valores princípios e valores que a sociedade carrega, fechando o ciclo do processo democrático (MOISÉS, 2008). Quando há a ausência de orientações democráticas nos indivíduos, há um gargalo no funcionamento da democracia (DALTON; WELZEL, 2014).

Desta maneira, a Cultura Política também busca explicar o desenvolvimento de organizações, de instituições e de fenômenos a partir dos valores, crenças e atitudes de grupos políticos. Shin (2005) sintetizou que o que os cidadãos pensam e fazem a respeito da democracia são componentes indispensáveis para entender as experiências internacionais de democratização. Para Almond (1950), os valores e atitudes presentes na opinião pública são essenciais para compreender as estruturas e processos políticos e as diretrizes da política externa do país. Almond acredita que a política externa deveria considerar a opinião de suas populações como elementos importantes e constrangedores. No entanto, essa ideia é debruçada no mito democrático, em que, nas democracias, os cidadãos são racionais e reguladores da república (ALMOND, 1950; ALBANUS, 2018).

Pensando no caso britânico, Almond e Verba qualificaram essa nação como uma cultura cívica. Os britânicos confiavam em suas instituições e acreditavam na política como uma solucionadora de problemas (ALMOND; VERBA, 1963). A associação à UE trouxe preocupações que condicionam a renovação e construção das suas atitudes políticas de sua população. Essa mudança é impulsionada pelos processos de integração internacional e globalização. Assim, acredita-se que é necessário recorrer ao papel da Cultura Política para a investigação dessa mudança de valores e das relações com a sociedade internacional.

3 CULTURA POLÍTICA DOS BRITÂNICOS

Forman e Baldwin (1999) sustentam a ideia de que qualquer livro sobre o Reino Unido deva começar com um capítulo sobre a sua cultura política, já que este é o contexto dentro do qual a política britânica acontece. O termo cultura política, como revisado anteriormente, trata o contexto histórico, cultural e de atitudes e orientações políticas dentro das quais as instituições políticas, neste caso britânicas, funcionam. Generalizar a cultura política de um grupo não é um trabalho fácil, pois se considera que os grupos são heterogêneos internamente. No entanto, o “fazer ciência” tem como essencialidade as generalizações e as padronizações. Assim, é possível identificar algumas características-chave que influenciam o processo e o resultado da política no Reino Unido.

A cultura política do Reino Unido foi primordialmente descrita pelos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) como uma cultura cívica diferente. No Reino Unido, fatores como idade, sexo, raça, classe, religião, regionalismo e a história da nação como, por exemplo, o legado do Império Britânico, afetam a cultura política. Além disso, há outros fatores que podem moldar a cultura política de uma nação, como as condicionantes demográficas e geográficas (ALMOND; VERBA, 1963).

Diferente de outros países europeus, houve uma notável continuidade na construção do Estado britânico, apesar de algumas descontinuidades, como a Guerra Civil do século XVII. Ainda assim, é um dos Estados-nação mais antigos da Europa, simbolizado por algumas instituições centenárias, como a monarquia e o parlamento (FORMAN; BALDWIN, 1997). Esta ininterruptão se aplica em maior ou menor medida a todas as partes do Reino Unido, como no País de Gales, na Escócia e na Irlanda. O resultado dessa longa história, e por vezes conflituosa como no caso entre ingleses e irlandeses, é que o povo britânico agora vive em o que é conhecido oficialmente como o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, ou seja, um Estado unitário e coeso¹⁴. Assim, a política e cultura no Reino Unido são influenciadas pela continuidade histórica, pela natureza unitária do Estado e pela coesão da sociedade (FORMAN; BALDWIN, 1997).

Durante muito tempo, houve uma coesão cultural considerável no Reino Unido, reforçada pelo fato de que a maior parte da população vive em áreas urbanas ou suburbanas.

¹⁴ Não há uma definição universal de coesão social. A maior parte das definições envolvem as noções de solidariedade e união (*togetherness*). Indicadores mais comuns para medi-la incluem medidas de confiança e normas sociais em comum (DEMIREVA, 2017, p. 8). Forrest e Kearns (2001) fornecem o seguinte resumo popular dos domínios de comunidade e coesão social: valores comuns e uma cultura cívica, ordem social e controlo social, solidariedade social e reduções nas disparidades de riqueza, capital social que exaltem o apego e a identidade.

Assim, estão sujeitos todos os dias às mesmas influências dos meios de comunicação de massa que criam um senso de experiência nacional compartilhada. Isso significa que a grande maioria dos britânicos vive de modo semelhante e possui uma série de atitudes baseadas em experiências amplamente comuns, ou seja, uma cultura política compartilhada (FORMAN; BALDWIN, 1997).

Por outro lado, existem algumas variações culturais que derivam de uma gama de fatores econômicos, sociais, geográficos e étnicos. Por exemplo, a estrutura industrial tradicional nas regiões centrais e no Norte do país tem sido significativamente diferente, até tempos recentes, da estrutura de serviços mais moderna no Sul e no Leste. No entanto, esse padrão também tem mudado, à medida que antigas indústrias decaíram e às vezes desapareceram completamente, enquanto uma economia nova e predominantemente de serviços cresceu em maior ou menor escala em todas as partes do país sob a influência da nova tecnologia da informação a partir dos anos 1980. Esse processo deixa heranças na estrutura social e, em conjunto, na construção da cultura política britânica (HILLS et al., 2010).

Em todas as partes do país, a sociedade britânica ainda se divide em linhas de classe. Muitas das distinções tradicionais de classe baseadas na ocupação do chefe de família, no entanto, tornaram-se cada vez mais insignificantes por mudanças no mercado de trabalho, no equilíbrio do poder econômico e nos valores morais. De um ponto de vista, à medida que as pessoas de todas as classes se tornam mais semelhantes em seus modos de vida e aspirações materiais, a tendência à uniformidade social pode aumentar. Por outro lado, isso parece menos provável, por causa das crescentes disparidades de renda e riqueza entre os setores mais pobres e os mais ricos da sociedade (BALDWIN, 1997).

A desigualdade de renda¹⁵ das famílias no Reino Unido permaneceu a um nível aproximado no início dos anos 1990, mas é maior do que nos anos 1960 e 1970. Após a recessão de 2008, houve uma pequena queda na desigualdade de renda. Isso pode ser explicado pela queda acentuada lucro real após a recessão, enquanto os níveis de benefícios permaneceram inicialmente mais estáveis à renda (WORLDBANK, 2018). Os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), medidos pelo coeficiente de Gini, sugerem que o Reino Unido tem um dos níveis mais altos de desigualdade da UE, embora sejam ligeiramente superiores à média do bloco (OCDE, 2018).

¹⁵ Vários indicadores podem ser usados para rastrear a desigualdade de renda. Por exemplo, o coeficiente de Gini resume a desigualdade de renda em um único número entre 0 e 10.

Assim, apresentar em linhas gerais a estrutura e sociedade britânica, condiz com uma maior compreensão sobre a cultura política dela. Almond e Verba, ao compararem a cultura política britânica com outras quatro nações¹⁶ em *The Civic Culture*, diagnosticaram o engajamento cívico britânico como alto, havendo um equilíbrio participativo dos britânicos em organizações da sociedade civil, como associações de bairro e escolares, partidos, ONGs etc. Há uma maior tendência para a participação e atividade política dos britânicos em relação aos outros países comparados. Os autores assumiram que essas características nacionais foram afetadas pela história, práticas e valores democráticos mais difusos (ALMOND; VERBA, 1963). O estudo da cultura cívica tem como referência as atitudes políticas em uma importante etapa no desenvolvimento das democracias (JOHN; LIU; FIELDHOUSE, 2010).

No entanto, há de se considerar as críticas sobre os diagnósticos de Almond e Verba. Barry (1970) é crítico ao afirmar que a hipótese e investigação dos autores são circulares; outros questionaram as inferências dos autores sobre a estabilidade da democracia (PATEMAN, 1971). Cientistas sociais, sobretudo das décadas de 1960 e 1970, concentraram-se nos pressupostos supostamente conservadores da teoria (WIATR, 1980). Cada uma dessas críticas é sustentável e justificável, mas é inegável a contribuição de *The Civic Culture* para os estudos sobre Cultura Política e Teoria Democrática (JOHN; LIU; FIELDHOUSE, 2010).

Mais amplamente, no estudo da Ciência Política, a possibilidade de que a democracia seja baseada em normas pré-existentes tem sido objeto de um amplo debate, em particular a ideia extraída dos gregos que a democracia se sustenta por meio da virtude cívica, que é o ponto de partida para o trabalho de Almond e Verba (PETITT, 1997; MAYNOR, 2003). Acima de tudo, há uma nova geração de estudos empíricos que exploraram os fundamentos sociais da democracia de uma forma que tem muitas semelhanças com a versão original de Almond e Verba (PUTNAM, 1993; 2001; JACKMAN; MILLER, 1996).

Uma implicação do argumento de Almond e Verba (1963) é que as culturas persistem com o tempo. Assim, desde os anos 1960, a estrutura social britânica mudou drasticamente: a nação viveu um rápido crescimento econômico, a consolidação, entre idas e vindas, de reformas e direitos trabalhistas, possibilitando aos cidadãos maior tempo no lazer. Além disso, a renda aumentou para todos os grupos, o que garantiu maiores recursos para grupos menos abastados e diminuição do impacto geral da renda (JOHNSTON; JOWELL, 2001).

Essas mudanças também foram acompanhadas pela feminização do trabalho com a entrada de mulheres no mercado de trabalho. O papel das mulheres mudou drasticamente nesse

¹⁶ Estados Unidos, Alemanha, México e Itália.

período, passando a se distanciar da limitação do ambiente privado e sendo cada vez mais presente no ambiente público, papéis que Almond e Verba (1963) descreveram para formas mais ativas de engajamento cívico. Além disso, a educação sexual também expandiu dramaticamente, especialmente o ensino superior, reduzindo a taxa de natalidade, por um lado, e aumentando a qualificação da mão de obra laboral, por outro. Assim, indústrias tradicionais caracterizadas pela produção em massa e sindicalização pesada foram substituídas por indústrias de serviços em crescimento com profissionais qualificados e especializados (BANCO MUNDIAL, 2018; ALMOND; VERBA, 1963; HILLS et al., 2010).

O aumento da riqueza desacompanhado de uma distribuição de renda pode levar a mais divisões na cultura cívica britânica, aumentando as lacunas entre os que têm e os que não têm (ATKESON; RAPOPORT, 2003). John, Liu e Fieldhouse (2010), em um trabalho de regressão usando itens de pesquisa comparáveis que medem a confiança, a eficácia e as atitudes políticas, analisam as diferenças e semelhanças entre o Reino Unido e os Estados Unidos que foram observadas por Almond e Verba cinquenta anos atrás e que ainda são presentes. Os autores encontraram que os fundamentos demográficos dos elementos da cultura cívica mudaram em formas semelhantes em ambos os países, assim como uma orientação cívica mais positiva para as mulheres. Há pouca evidência de maior estratificação, especialmente com relação à renda. Em ambos os países, as gerações mais velhas têm agora estas orientações cívicas mais “democráticas” (JOHN; LIU; FIELDHOUSE, 2010, p. 14).

Essas bases democráticas foram solidificadas por meio do persistente apego dos cidadãos a valores particulares que foram reforçados por gerações (MAYNOR, 2003). Entre 1959 e 1960, Almond e Verba (1963), relataram que a idade foi associada a atitudes negativas em relação à participação, devido à influência dos lentos anos entre guerras, sucedidas por atitudes mais positivas entre os mais jovens no pós-guerra. À medida que a nacionalização da cultura continua, as diferenças devem diminuir (JOHNSTON, 1986). Enquanto algumas dessas tendências apontam para uma maior homogeneização, a cultura cívica pode se tornar mais diferenciada com a chegada de estrangeiros. As tendências nos últimos anos apontam que o Reino Unido se tornou mais diversificado etnicamente com a imigração e aumento populacional, trazendo um cenário demográfico e urbano diferente do Reino Unido de cinquenta anos atrás¹⁷ (JOHN; LIU; FIELDHOUSE, 2010). Os dados de 2011 sugerem que o crescimento natural no Reino Unido está no seu nível mais alto desde o *baby boom*. (ONS, 2018).

¹⁷ Entre 2001 e 2011, houve um aumento de 69,58% de asiáticos, que compõem 6,92% da população; aumento de 65,8% de negros, que compõem 3% da população. A população branca cresceu 1,7% e representa 87,17% da população (ONS, 2012).

Por outro lado, autores como Baldwin (1999) e Alford (1996) apontam que, nos últimos tempos, a sociedade britânica se tornou mais fragmentada do que foi durante o período de 1945 a 1980. Isso se deve, em termos econômicos, pela alta desigualdade, desde 1979, entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres da população, que é um reflexo da fragmentação social da década atual. Além disso, o mercado de trabalho se tornou significativamente mais estratificado em razão do desenvolvimento tecnológico, padrões mais flexíveis de emprego. Isso levou a uma crescente massa de trabalhadores inseguros dentro da força de trabalho com a imposição de mais contratos de curto prazo, um crescimento dramático do trabalho a tempo parcial, especialmente para as mulheres, e uma tendência para o trabalho autônomo (ALFORD, 1996; FORMAN; BALDWIN, 1999; CATTERALL, 1998).

Assim, se desejamos ter um entendimento sobre a cultura política britânica atual, é necessário perceber que muitos dos valores tradicionais foram postos em xeque pelas consequências do desenvolvimento recente. Por exemplo, quando a economia britânica cresceu fortemente durante os anos 1980, havia pouca evidência dos valores da cultura cívica que tinham descrito por Almond e Verba, em 1963 (FORMAN; BALDWIN, 1999). A explicação mais significativa pode ser que após o *boom* e a quebra do ciclo econômico do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, grandes extensões da sociedade britânica, especialmente as mais urbanizadas, tornaram-se mais aversivas à dívida e ao risco (BLACK, 2003). Segundo Alford (1996), isso afetou em muitos aspectos o comportamento econômico, social e político britânico após a crise, incentivando mais pessoas a terem um comportamento priorizando a cooperação em vez do conflito, quando há uma escolha. Nesse período, o fim da Guerra das Malvinas (1982) também afetou o comportamento político britânico que, segundo Baggini (2013), passou a priorizar pela liberdade e igualdade, tendo auge no período pós-Thatcher.

No entanto, a cultura política britânica na virada dos anos 1990 para 2000 se desenvolveu em direções bastante diferentes, pelas oposições entre os quase 20 anos do Partido Conservador na liderança, representados por Margaret Thatcher (1979-1990) e John Major (1990-1997), sucedidos pelo Partido Trabalhista de Tony Blair (1997-2007) “em seus esforços de convencer o eleitorado de que o Partido Trabalhista moderno [*New Labour*] não mais ameaçava os interesses da classe média - ou mesmo de qualquer outra pessoa”¹⁸. As mudanças iniciadas pelo governo de

¹⁸ Segundo Black (2003), os partidos britânicos fazem sua própria história construindo eleitorados de apoio. Centram-se em montar uma base institucional sólida para o apoio para governar, mas também centram-se em analisar a cultura política da população, em especial, nos valores como esta concebe o governo e como eles são recebidos e transmitidos. A cultura política pode ser responsável pela morte e nascimento de partidos e movimentos.

Tony Blair apontaram uma profunda transformação do sistema britânico de governo, em conjunto com a cultura política britânica (ALFORD, 1996, p. 17).

No entanto, autores apontam que o período Blair foi marcado por um padrão mais consensual de valores herdados no período Thatcher, marcados pelo realismo econômico e um “respeito pelo mercado” (HAIGRON, 2009, p. 177). Nesse período, houve o retorno de um conservadorismo moderado, mais inclusivo e menos dogmático, o que Kenneth Clarke, o então Ministro da Educação, descreveu como “thatcherismo com um rosto humano” (CLARKE *apud* HAIGRON, 2009, p. 177). Há um entendimento de que a educação e qualificação de mão-de-obra são a base para um desenvolvimento nacional e a conscientização de que o bem-estar social é uma necessidade humana que encoraja os indivíduos a se beneficiar e a trabalhar responsabilizado pelo governo. Em suma, a visão de um Estado como facilitador e regulador que investe em capital humano e social. Esses valores refletem as implicações da globalização econômica e a maior adaptação à universalidade de valores e integração de sociedades, exaltando princípios como a liberdade, igualdade, espírito cívico, ativismo político em níveis intranacionais e supranacionais (vide neoliberalismo).

De muitas maneiras, o novo século trouxe uma série de preocupações para os britânicos. Não é uma preocupação os impactos ocasionados pelas mudanças climáticas, apesar do consenso entre a comunidade científica de que esse é um dos principais desafios do século. Por outro, a crescente onda de imigração passou a ser apontada como uns dos principais problemas em suas perspectivas, além do sentimento de divisão do país ocasionado pela troca partidária. Eles não se percebem mais tão coesos como antes (IPSOS MORI, 2017; HOBOLT, 2016).

O discurso de Cameron e os movimentos pró-Brexit se somaram a esse sentimento de coesão. Não há dúvida sobre a complexidade e fragilidade do problema, os britânicos se dividem também quanto à solução. Apesar do crescimento cultural, ampliando a diversidade da sociedade britânica, a idade, educação e renda são as principais linhas divisórias entre ela que, como consequência, acabam por afetar suas percepções políticas (GRANT, 2016).

3.1 A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE IMIGRAÇÃO

Não há consenso sobre uma única definição de imigrante. As definições de imigrante intercambiam por estrangeiro por nascimento, por cidadania estrangeira, por seu movimento em um novo país para ficar temporariamente ou em longo prazo (BEUTIN et al., 2006). Segundo o *Migration Observatory Watch* (2017), o projeto da Universidade de Oxford que estuda os efeitos da imigração no Reino Unido, algumas análises do impacto da imigração incluem como imigrantes até crianças que são cidadãos nascidos no Reino Unido, mas cujos pais são

estrangeiros. Nenhuma dessas definições é exata, tampouco se encaixa precisamente com o imigrante definido como um indivíduo que está sujeito a controles migratórios. Além disso, no Reino Unido, imigrantes, migrantes e estrangeiros são comumente usados no debate público e até mesmo entre especialistas (PORTES, 2002).

Uma definição ampla de imigrante sustenta que ela “should be understood as covering all cases where the decision to migrate is taken freely by the individual concerned, for reasons of 'personal convenience' and without intervention of an external compelling factor¹⁹” (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2018a, sem paginação). Assim, essa definição indica que o imigrante não se refere a refugiado, deslocado ou outras formas forçadas de deixar seu país de origem. Os imigrantes são pessoas que fazem escolhas sobre quando sair e aonde ir, mesmo que essas escolhas sejam às vezes extremamente limitadas.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) define imigrante como "qualquer pessoa que viva temporária ou permanentemente em um país onde ele não nasceu e tenha adquirido alguns laços sociais significativos com esse país" (UNESCO, 2018, tradução nossa). Por outro lado, o Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos propôs que as seguintes pessoas sejam consideradas imigrantes:

- a) As pessoas que se encontrem fora do território do Estado de que são nacionais ou cidadãos não estejam sujeitas à sua proteção legal e se encontrem no território de outro Estado;
- b) Pessoas que não gozem do reconhecimento jurídico geral de direitos inerentes à concessão pelo Estado de acolhimento do estatuto de refugiado, pessoa naturalizada ou de estatuto semelhante;
- c) Pessoas que não gozem de proteção jurídica geral de seus direitos fundamentais em virtude de acordos diplomáticos, vistos ou outros acordos (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2018b, tradução nossa).

Essa ampla definição de imigrantes reflete a dificuldade atual em distinguir entre os que deixam seus países por causa de perseguição política, conflitos, problemas econômicos, degradação ambiental ou uma combinação dessas razões e daqueles que o fazem em busca de condições de sobrevivência ou bem-estar.

Diferentes definições têm consequências significativas para contabilizar e analisar dados sobre imigração e seus impactos. Anderson e Blinder (2017) afirmam que uso do termo imigrante no debate público é ocasional e frequentemente é confundido com questões de refúgio, de etnia e de asilo. Certamente, definições conflitantes representam desafios para as políticas

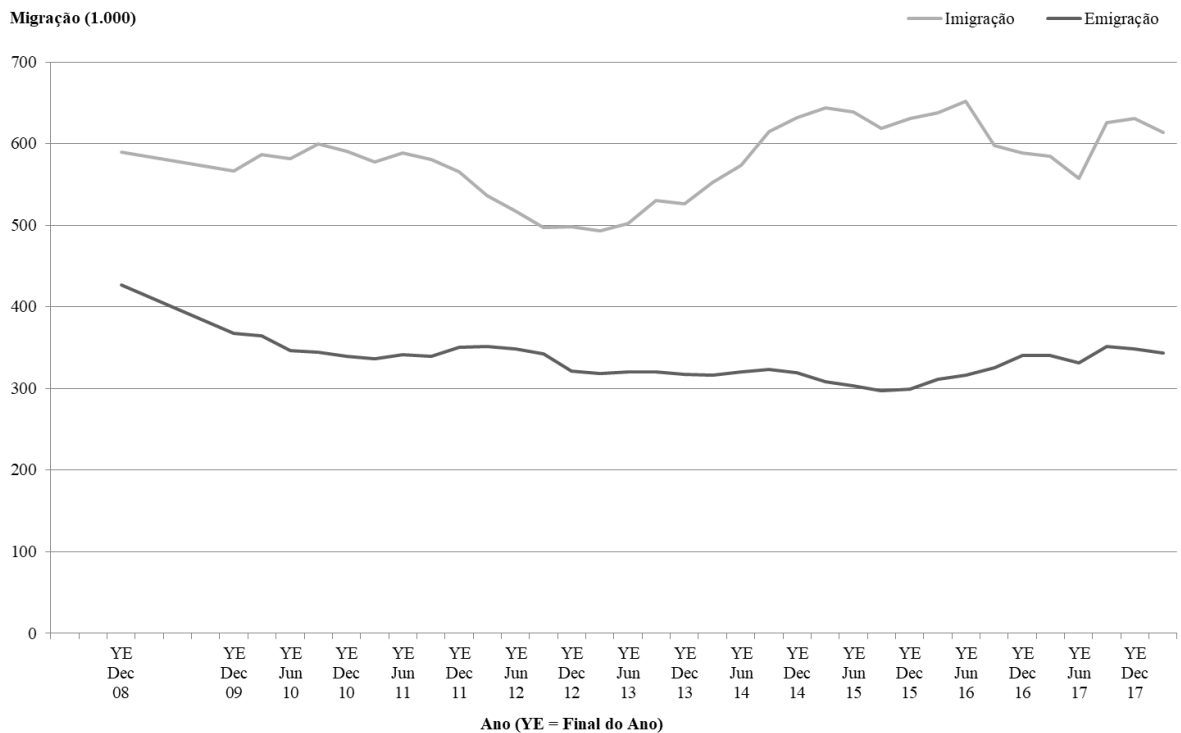
¹⁹ “deve ser entendida abrangendo todos os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pelo indivíduo em questão, por razões de 'conveniência pessoal' e sem a intervenção de um fator externo contrangedor” (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2018a, sem paginação, tradução nossa).

públicas e internacionais. Portanto, por conta da ampla discussão sobre o conceito de imigrante, este trabalho se limitará em entendê-lo como alguém que veio para o Reino Unido para viver ou para se estabelecer, o mesmo conceito utilizado pelos *surveys* do *European Social Studies* (ESS, 2016c).

Assim, entre 1993 e 2015, a população de imigrantes no Reino Unido mais que dobrou, de 3,8 milhões para 8,7 milhões. Com um conjunto diversificado, hoje, o Reino Unido é composto por cerca de 831 mil poloneses, 795 mil indianos, 503 mil paquistaneses, 382 mil irlandeses e 286 mil alemães (ONS, 2018). Esse contingente populacional corroborou o aumento populacional britânico que, atualmente, é de 66,57 milhões de acordo com estimativas da ONU (ONU, 2018). Segundo o ONS, a população britânica cresce atualmente cerca de 0,61% ano (ONS, 2018I).

O aumento da fertilidade entre mulheres britânicas, o mais alto desde o *baby boom*, como dito anteriormente, também contribuiu para o aumento da população no Reino Unido. No entanto, os níveis de fertilidade entre mulheres imigrantes em idade fértil são geralmente mais altos que das britânicas. Portanto, em um longo prazo, é provável que tenham mais bebês do que as propriamente nascidas no Reino Unido. Nos últimos tempos, esse desenvolvimento demográfico levou alguns membros da comunidade muçulmana, por exemplo, a pedir o estabelecimento de arranjos legais e constitucionais, como um grau real de autonomia cultural e religiosa dentro do Reino Unido (ONS, 2018; HEATH; RICHARDS, 2018).

Há de se considerar, ainda, que a imigração no Reino Unido oscilou ao longo dos anos: teve um aumento em 2008, diminuiu entre 2009 e 2012, após a crise, e voltou a crescer a partir de 2015. A imigração atingiu o pico em junho de 2015, ano que antecedeu o referendo do Brexit (UNITED KINGDOM, 2017). Em 2016, estima-se que 249.999 cidadãos da UE tenham mudado para o Reino Unido, em comparação com um número estimado de 265.000 migrantes não pertencentes à UE, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Imigração no Reino Unido 2008-2017 (em mil pessoas)

Fonte: *International Passenger Survey* (2018).

Os fluxos de imigração, a saída e entrada de pessoas no país, não são afetados apenas pelas políticas de imigração, mas também por políticas macroeconômicas ou comerciais. Em um estudo recente de Thielemann e Schade (2016), evidencia-se que o impulso econômico está presente nas taxas de imigração entre países da UE nos últimos anos. Neste, incluem fatores como as condições do mercado de trabalho na Europa Oriental a partir dos anos 1990 e, mais recentemente, alto níveis de desemprego em países do Mediterrâneo, como Polônia, Romênia, Itália e Espanha, a partir de 2015, que ocupam respectivamente o primeiro, o sexto, o décimo segundo e o vigésimo lugar no *ranking* de número de imigrantes no Reino Unido (ONS, 2017). Nestes países, a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 29 anos foi mais alta em comparação com o Reino Unido, especialmente a partir de 2008. Os níveis de baixa renda nesses países é um forte impulso para a emigração para países da Europa Ocidental (THIELEMANN; SCHADE 2016).

Para as pessoas que vivem em países mais pobres, a imigração também pode ser uma estratégia eficaz para aumentar sua renda e para proteger suas famílias da pobreza (CZAIKA; DE HAAS, 2012). Os economistas acreditam que as ligações coloniais e as semelhanças culturais entre os países de origem e destino podem, às vezes, serem fatores de atração muito mais fortes (HATTON; WHEATLEY PRICE, 1999; BELOT; HATTON, 2012). Os países da

Commonwealth têm redes bem estabelecidas que facilitam a entrada, estabelecimento e adaptação cultural de novos fluxos. As redes também ajudam a garantir a integração econômica de novos imigrantes no país de destino (HATTON; LEIGH, 2011; MASSEY et al., 1998). Esta é uma das razões pelas quais a imigração do Reino Unido foi, por um longo tempo, composta predominantemente por imigrantes da *Commonwealth*, como Paquistão, Índia, Jamaica e outros Estados do Caribe (HATTON; WHEATLEY PRICE, 1999).

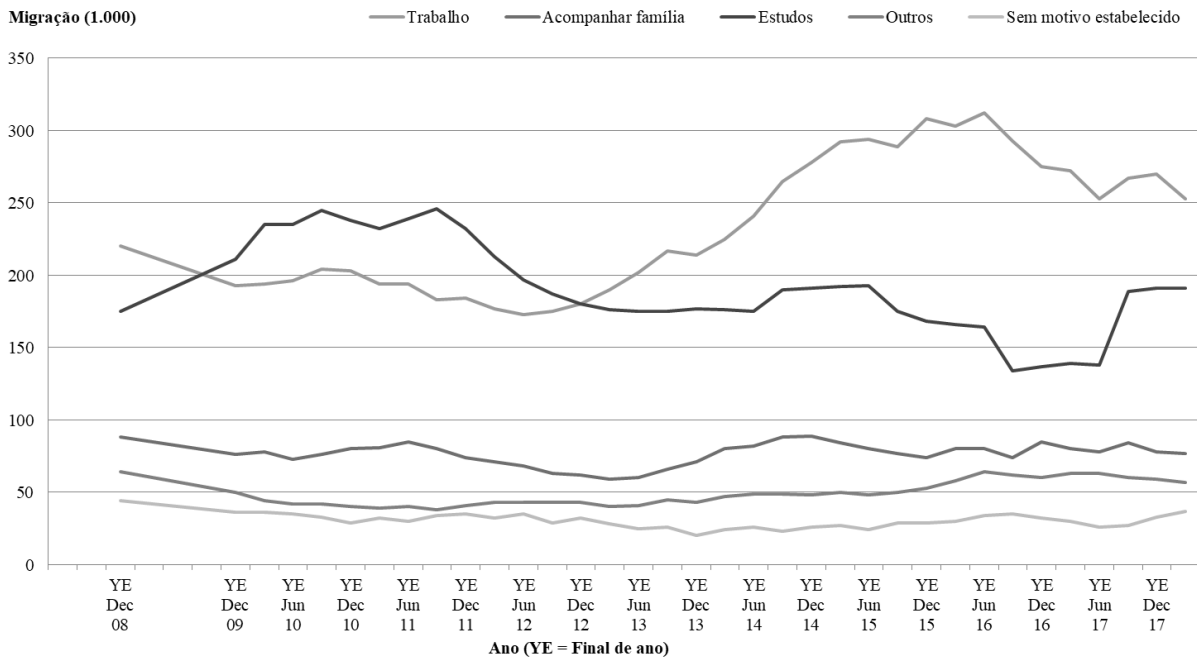
Houve, no entanto, uma mudança significativa na composição da origem dos imigrantes para o Reino Unido nas últimas décadas. Isso começou com uma mudança de imigrantes vindos da *Old Commonwealth* (Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul) e de novos membros da UE, a partir de 2004, com o ingresso de dez novos Estados no bloco²⁰ (BLANCHFLOWER et al., 2007). Hoje, dentre estes Estados, a Polônia é o com maior número de imigrantes no Reino Unido (ONS, 2018).

Os imigrantes da UE pagam impostos que recebem no bem-estar e no uso de serviços públicos. Eles, portanto, ajudam o crescimento da renda e na tentativa de reduzir o déficit orçamentário. Os imigrantes também não têm um efeito negativo nos serviços locais, como criminalidade, educação, saúde ou habitação social (MWUK, 2017b; ONS, 2017). Estima-se que cerca de 44% deles têm alguma forma de ensino superior, em comparação com apenas 23% dos nascidos no Reino Unido. Cerca de um terço dos imigrantes da UE vive em Londres, em comparação com apenas 11% dos nascidos no Reino Unido (CAMPBELL, 2018b).

Blinder (2018) aponta que fatores econômicos, como os ciclos expansivos e retraídos, têm um papel importante na explicação de tendências imigratórias no Reino Unido, como aponta o Gráfico 2. Dentre as principais razões que incentivam a emigração, destacam-se, atualmente, a garantia de trabalho definitivo e estudos no Reino Unido. As ligações com as antigas colônias continuam sendo cruciais para compreender esse sistema imigratório, ao observar a alta entrada de indianos, paquistaneses e nigerianos no Reino Unido²¹.

²⁰ Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Hungria, Eslováquia, Eslovênia, Malta e Chipre.

²¹ Entre as décadas de 1950 e 1960, o Reino Unido experimentou uma migração significativa das nações da *Commonwealth*. Cidadãos das antigas colônias aproveitaram dos direitos de viver e trabalhar no Reino Unido ao atenderem as chamadas do governo britânico sobre a escassez de mão de obra. A imigração, então, passou a ser uma questão controversa até uma série de reformas governamentais que reduzissem a imigração da *Commonwealth*, finalizadas pelo British Nationality Act de 1981 (HANSEN, 2002; FORD; SOMMERVILLE, 2015).

Gráfico 2 – Motivos para imigração no Reino Unido (2008-2017) (em mil pessoas)

Fonte: *International Passenger Survey* (2018).

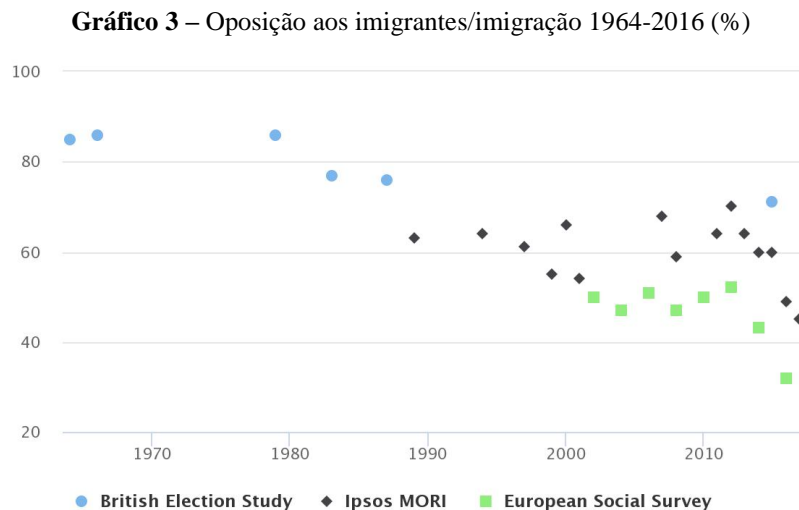
A imigração é avaliada pelos britânicos como uma das questões mais importantes que o país enfrenta na última década (DUFFY; FRERE-SMITH, 2014; CLARKE et al., 2017). O surgimento de uma preocupação pública sobre a imigração foi um fator central tanto na ascensão do *United Kingdom Independent Party* (UKIP)²² como uma nova força política, tanto como nos movimentos para a saída do Reino Unido da UE, ou Brexit, nos últimos anos (FORD; GOODWIN, 2014; CLARKE et al., 2017).

Historicamente, a crescente preocupação com a imigração da *New Commonwealth* levou o *British Election Study* (BES) a perguntar aos britânicos sobre a imigração em 1964. A maioria das pessoas no Reino Unido concordou que há muitos imigrantes no país. Uma comparação maior pode ser feita com outros *surveys*, como o *European Social Survey* e Ipsos Mori. Ela aponta a mesma tendência para a diminuição da oposição à imigrantes no Reino Unido (BLINDER; RICHARDS, 2018).

O Gráfico 3 expõe as tendências em oposição aos imigrantes/imigração a partir de 1964, segundo o BES. A partir dos anos 2000, podemos comparar com os *surveys* realizadas pelo Ipsos

²² A UKIP é uma importante força política radical de direita no Reino Unido. Sua ascensão está ligada à mudança na estrutura econômica e social do país, que empurrou para as margens uma classe de eleitores brancos, mais velhos, de classe trabalhadora, com poucas qualificações educacionais. Também pode se atribuir a sua ascensão as mudanças geracionais de longo prazo nos valores que guiam a sociedade britânica e moldam a perspectiva dos eleitores, deixando esse mesmo tipo de eleitor para trás, pois uma visão de mundo que já foi vista como dominante tornou-se paroquial e intolerante pelas elites mais jovens, educadas na universidade e mais socialmente liberais que definem o consenso político britânico (FORD; GOODWIN, 2014).

MORI e pelo *European Social Survey*. É necessário enfatizar que a variedade de fontes de dados disponíveis e as mudanças de métodos ao longo dos anos e de instituição para instituição significam que elas podem ser questionadas. Apesar disso, ainda podemos afirmar que a tendência da última década, em todas as instituições, é de queda à oposição à imigrantes/imigração, sugerindo que as atitudes mudaram relativamente.



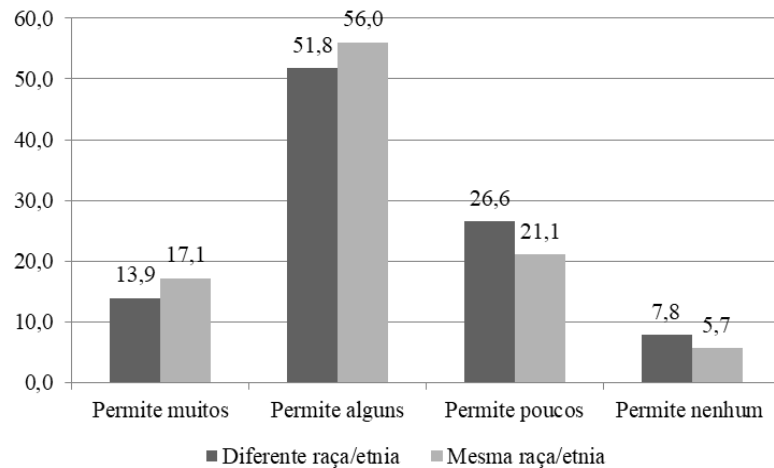
Fonte: *Migration Observatory Watch* (2017a).

O Reino Unido apresenta uma das taxas mais altas de oposição à imigração em relação a outros países da Europa. Além disso, os britânicos ainda têm preferência pelo tipo de imigrante que entra no país. Esse tipo pode ser considerado em termos de país de origem que, por sua vez, trata questões sobre religião e etnia, mas também em termos de nível de qualificação (CLARKE et al., 2017). Em um estudo do *European Social Survey*, apenas 10% de dos britânicos disseram que nenhum australiano deve poder morar no Reino Unido, comparado a 37% dizendo que nenhum nigeriano deveria ser permitido. A preferência britânica pelo imigrante é de pessoas brancas, falantes de inglês, europeias e cristãs, enquanto os menos preferidos são não-brancos, não-europeus e muçulmanos (ESS, 2016b). A Romênia é uma anomalia interessante. Apesar de ser um país europeu e cristão, a oposição à imigração da Romênia está em níveis semelhantes à oposição à imigração do Paquistão. Isso pode refletir uma associação com os ciganos que compõem uma taxa considerável da população (ALLEN, 2014). Tais padrões, segundo Ford (2011), são descritos por uma hierarquia étnica enraizada na cultura política britânica.

Tal hierarquia pode ser observada no Gráfico 4, quando questionados sobre o grau de favorabilidade de imigrantes da mesma raça/etnia que a maior parte dos britânicos. Apesar de os números não variarem muito entre si nos diferentes graus de favorabilidade, eles apresentam uma inversão na preferência de raça/etnia: a maior parte dos britânicos permite a entrada de

muitos ou alguns imigrantes da mesma raça/etnia que a da predominantemente britânica. Por outro lado, a maior parte permite nenhum ou pouco influxo de imigrantes de raças/etnias diferentes da maioria britânica. No entanto, os dados mostram que é forte dizer que este fator é determinante ou suficiente para explicar as preferências sobre imigração.

Gráfico 4 – Você é a favor da entrada de imigrantes de... ? (%)



n= 1916

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c).

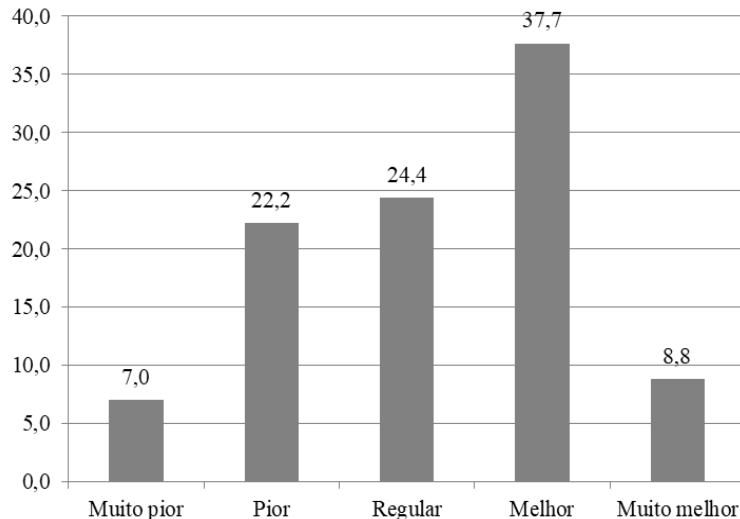
Quando perguntados sobre a qualificação dos imigrantes, os britânicos não parecem distinguir entre países de origem. Apenas 5% dizem que não permitem profissionais da Índia e 6% da Polônia. Quando se trata de migração de mão-de-obra não qualificada, há uma pequena preferência por pessoas da Polônia sobre pessoas da Índia, 35% e 42% respectivamente não permitem. Esta preferência britânica por imigrantes altamente qualificados se encaixa com outras pesquisas mostrando que, quando questionados sobre quais critérios devem ser aplicados aos migrantes que entram, os britânicos atribuem grande importância às habilidades, mas menor importância à cor da pele e religião (ESS, 2016b; HEATH; RICHARDS, 2018).

O último *European Social Survey* (2016) evidencia que os níveis de oposição à imigração no Reino Unido são moderadamente altos e a maior parte dos britânicos endossa a redução da imigração. Aqueles que preferem reduzir o número de imigrantes que chegam ao Reino Unido são 58% (33% que reduza muito e outros 25% preferem que reduza um pouco). Outros 30% prefeririam que o número de imigrantes permanecesse o mesmo, mas os que favorecem um aumento são uma pequena minoria (12%) (ESS, 2016a).

O mesmo *survey* aponta que 46,5% dos britânicos acreditam que o Reino Unido se tornou um lugar melhor ou muito melhor para se viver com a chegada de imigrantes. Apenas

29,2% acreditam que o país piorou ou piorou muito, enquanto 24,4% aponta que não houve significativas melhoras ou pioras, como aponta o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Você diria que o Reino Unido se tornou um lugar pior ou melhor para se viver com a chegada de imigrantes? (%)

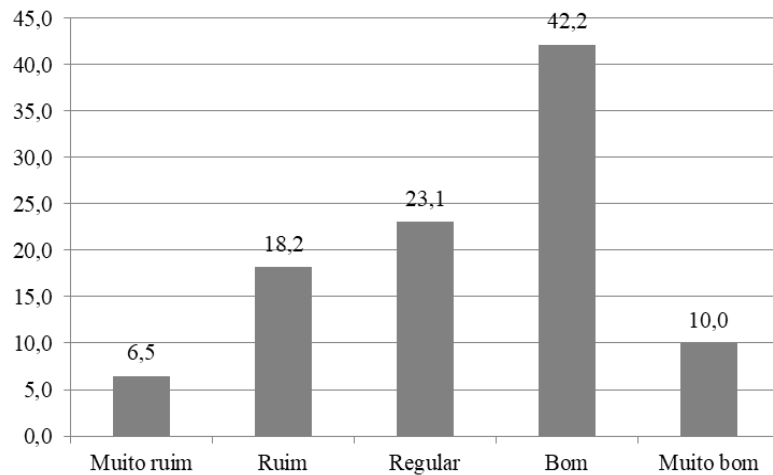


n= 1959

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c).

Os últimos relatórios do *British Social Attitudes* (BSA) sobre a imigração destacou como o público britânico reagiu ao crescimento da imigração. Constatou-se que há um aumento de demandas pelo controle de migratório e há uma divisão sobre a percepção dos efeitos econômicos e culturais da imigração (BSA, 2014). Os mesmos dados do BSA também sugerem que o público tende a ser mais criterioso sobre as diferenças entre grupos de imigrantes. Em particular, eles são mais positivos à chegada de imigrantes estudantes ou qualificados profissionalmente do que imigrantes em busca de trabalho ou para morar com a família que já reside no Reino Unido (FORD et al., 2012; HAINMULLER; HISCOX, 2010).

O *European Social Studies* (2016c) aponta que a maior parte dos britânicos acredita que a economia “melhorou” ou “melhorou muito” com a chegada de imigrantes, cerca de 52,2%, enquanto 24,7% acredita que a economia “piorou” ou “piorou muito”, como podem ser observado no Gráfico 6. Esses dados suavizam a divisão apontada sobre os últimos relatórios do BSA, pendendo para uma visão positiva sobre o impacto do imigrante na economia britânica. Eles apontam a mesma tendência do BSA sobre critérios na chegada de imigrantes no Reino Unido. Estas medidas podem ser consideradas como opiniões sobre os estoques atuais e as preferências para futuros fluxos migratórios. É possível que o país seja bastante positivo em relação aos estoques de imigrantes já presentes, mas sejam bastante negativos em relação à idéia de fluxos contínuos (FRATTINI; DUSTMANN, 2014).

Gráfico 6 – Você diria que a economia melhorou ou piorou com os imigrantes? (%)

n= 1927

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c).

Uma maneira alternativa de monitorar as percepções sobre a imigração é pedir às pessoas qual a opinião delas sobre a questão mais importante ou os maiores problemas enfrentados pela nação. Essa abordagem avalia a importância da imigração como um problema ou não. Nos anos 1990, quando este tipo de questão foi abordada pelo Ipsos Mori, menos de 5% dos eleitores consideraram a imigração como uma preocupação e esta raramente foi mencionada antes de 2000 (IPSOS MORI, 2016).

A taxa crescente de imigração da UE desde a adesão de novos países, em 2004, foi acompanhada por uma mudança na percepção entre 2001 e 2016. Cerca de um ano antes do referendo na UE, entre junho de 2015 e junho de 2016, a imigração foi consistentemente apontada como a questão mais relevante do país, com um pico de 56% em setembro de 2015. Esse período, não por coincidência, corresponde a um dos momentos mais calorosos da crise dos refugiados e faz um grande contraste com o ponto mais baixo da percepção da imigração como um problema do país, em maio de 2015, no período eleitoral que levou Theresa May como primeira ministra. A imigração foi deixada de lado da preocupação pela economia durante os anos de recessão, mas rapidamente voltava à proeminência nos ciclos de expansão. Desde o referendo da UE, em junho de 2016, no entanto, a imigração tem sido mencionada por um número muito menor de pessoas, caindo de 48% em junho de 2016 para 21% em dezembro de 2017 (BLINDER, RICHARDS, 2018; BOFFAY, 2018; IPSOS MORI, 2016; RIENZO; VARGAS-SILVA, 2018).

No entanto, a imigração não deixa seu posto de um dos assuntos mais questionados nos debates públicos no Reino Unido nos últimos anos e um dos fatores chave para entender a decisão do referendo de 2016 de sair da União Europeia, sendo a maior parte dos imigrantes no

Reino Unido oriunda de países europeus (ANDERSON; BLINDER, 2017). Com o governo de May sinalizando que o Brexit implicará no fim dos direitos de livre circulação de cidadãos da UE para o Reino Unido e a possível redução de direitos aos imigrantes, o processo do Brexit representa uma oportunidade para o debate mais abrangente das políticas de imigração. Este é, portanto, um momento oportuno para examinar como os valores políticos no Reino Unido mudaram ao longo dos anos e como eles se comparam aos de outros países europeus. Para além disso, este é um exemplo contemporâneo sobre a importância dos valores e atitudes de nacionais podem orientar as relações internacionais (10 CHARTS..., 2018).

4 OS BRITÂNICOS E OS OUTROS: OS EUROPEUS

As raízes do Brexit não são recentes, há um histórico sobre as políticas mais autônomas do Reino Unido em relação ao resto do continente. No processo de firmar a Comunidade Econômica Europeia (CEE), institucionalizada pelo Tratado de Roma, em 1957, o Reino Unido novamente mostrou-se alheio ao regime europeu. Fiel à política tradicional de dividir para reinar, em 1960, o Reino Unido organizou a Associação Europeia de Livre Comércio, de sete membros, como um contrapeso. No entanto, a associação não impediu que a economia britânica desacelerasse e estagnasse, enquanto a da CEE prosperava. Foi então que, em 1963, a motivação econômica britânica sobressaiu e o Reino Unido demonstrou seus interesses à CEE a fim de escapar da tarifa externa do bloco contra produtos britânicos. No entanto, a França de Gaulle vetou sua entrada. Foi apenas dez anos depois que a parceria foi firmada no bloco limitadamente econômico (SKIDELSKY, 2018; CINI; BORRAGÁN, 2016).

Os idealistas da CEE viam a união econômica cada vez mais fortalecida e implicavam em aprofundar o bloco em uma união política, afinal, é errôneo pensar que existe uma diferença clara entre a união política e a econômica (KASSIM; PETERS; WRIGHT, 2009). Em 1985, Thatcher assinou o Ato Único Europeu, que revia o Tratado de Roma e estabelecia o mercado único interno com a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais até 1993. Este ato reforçou a integração política e econômica, posteriormente institucionalizadas pela união monetária e europeia no Tratado de Maastricht, em 1992. Nesse tratado, apenas o Reino Unido e a Dinamarca obtinham isenção de admitir o euro como moeda (UNIÃO EUROPEIA, 1985). Skidelsky (2018) avalia que não aderir o euro como moeda colocava mais um impeditivo para o avanço em uma união política entre o Reino Unido e a UE.

Por outro lado, a livre circulação da população europeia entre os Estados vinculantes, submetido pelo Tratado de Schengen, em 1985, institucionalizou a boa política britânica com o continente (EUROPEAN COMMISSION, 2018a). No entanto, a expansão da UE, em 2004, com a entrada de dez países da Europa Oriental com níveis de produção abaixo da média europeia recebeu alguns países a fechar seu mercado trabalhista apenas para seus nacionais. O Reino Unido manteve o acesso à mão-de-obra trabalhista estrangeira (CLARK; HARDY, 2011).

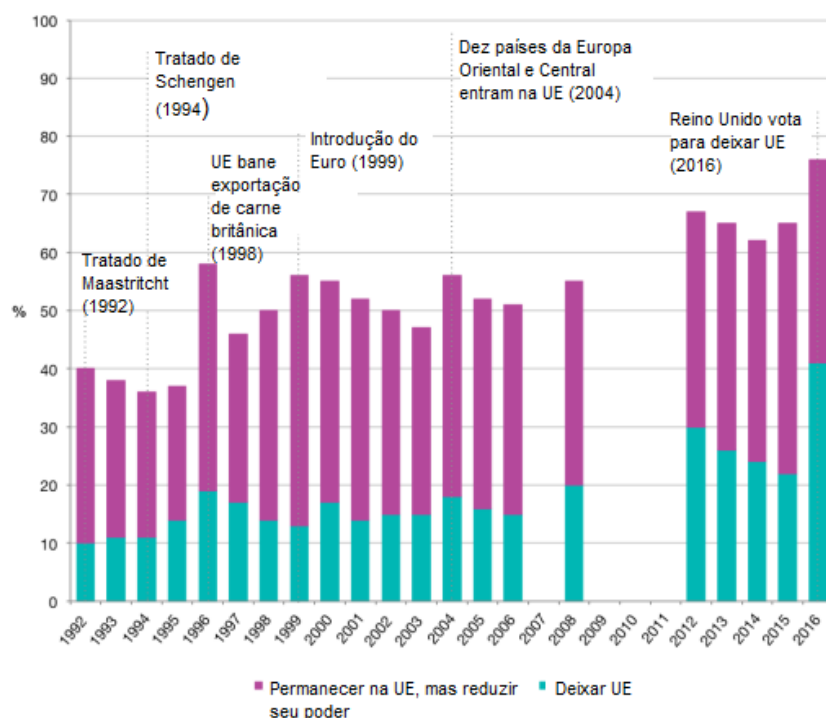
Apesar disso, desde a origem da União Europeia, há quarenta e dois anos, os britânicos mantiveram a postura eurocética e sempre foram parceiros europeus com receios no alinhamento de políticas. Após a decisão do Brexit, Theresa May tem intenções de controlar as fronteiras. Ela espera uma saída da UE no qual o Reino Unido retenha os benefícios, mas evite os custos, buscando uma associação da qual deixe o Reino Unido livre de tarifas externas europeias de mercadorias britânicas, mas livre para negociar com outros países sem restrições. Nesse

contexto, a desconfiança entre os Estados europeus tende a crescer (SKIDELSKY, 2018; JOHNSON; MATLARY, 2018.).

A maioria dos britânicos vê o governo tendo algum tipo de impacto em suas vidas (ALMOND; VERBA, 1963). Assim, a opinião das pessoas sobre a integração europeia pode ser um instrumento de análise para identificar a efetividade das políticas do bloco, uma vez que “as populações moldam as políticas e são moldadas por elas” (FREEMAN, 2006, p. 636, tradução nossa). As posições da UE podem ser influenciadas pelas avaliações dos cidadãos do sistema político nacional e europeu. Altos níveis de confiança no governo nacional tendem a estar relacionados a um maior apoio à UE. Do mesmo modo, os indivíduos podem apoiar a UE porque estão insatisfeitos com o seu sistema político nacional. Aqui é importante notar que as características sociais e demográficas das pessoas também são importantes, pois podem condicionar o efeito da satisfação (VASILOPOULOU, 2016).

Quando perguntados, a partir de 1992 pelo *survey* do *British Social Attitudes*, se o Reino Unido deveria “permanecer na UE, mas reduzir seu poder” ou “deixar”, ao longo do tempo, observa-se que a maioria dos britânicos preferia a permanência no bloco. No entanto, há de se considerar que esse voto foi gradualmente reduzido e deixado espaço para que o “deixar” ganhasse força. Em 2012, 30% dos britânicos optam por deixar o bloco, enquanto que vinte anos antes, eles eram apenas 10%. Essas informações podem ser acompanhadas no Gráfico 7.

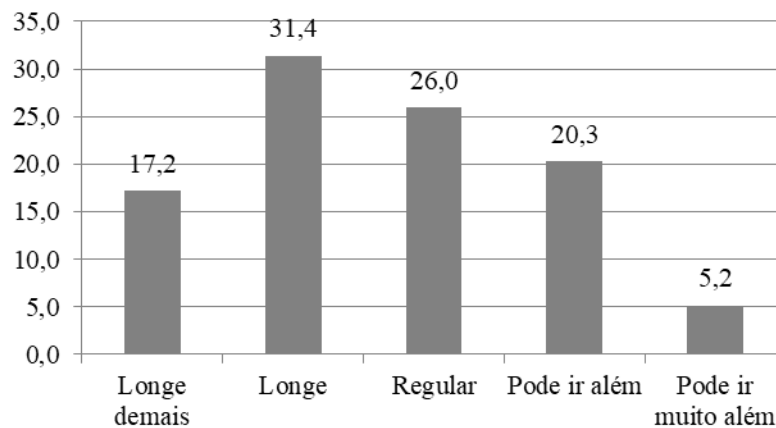
Gráfico 7 – Você prefere que o Reino Unido permaneça na UE ou deixe?



Fonte: *British Social Attitudes* (2016).

Quando questionados, em 2016, sobre se a unificação europeia foi longe demais, ou pode ir além, a maior parte dos britânicos se mostra cética, conforme o Gráfico 8. Apenas 5,2% acredita que ela possa ir muito além e, 20,3%, além. Esses valores são baixos quando comparados com os 17,2% que tomam a postura radical de que a união já foi longe demais. Estes, somados aos 31,4% que acreditam que a unificação foi longe, podem indicar as inclinações pró-Brexit.

Gráfico 8 – Você acha que a unificação do RU na UE foi longe demais ou pode ir além? (%)

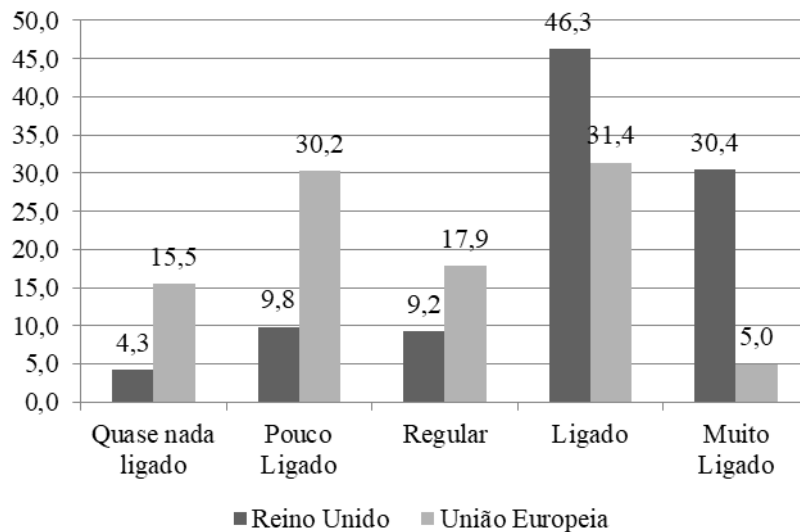


n= 1937

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c).

Ainda quando questionados, em 2016, sobre o quão emocionalmente ligados os britânicos se sentiam em relação à UE e ao Reino Unido, o sentimento de ligação ao seu país sobressai disparadamente sobre o bloco, conforme desenha o Gráfico 9. Cerca de 30,4% se sente “muito ligado” com o Reino Unido, enquanto seis vezes menos, 5%, tem esse sentimento com a UE. Por outro lado, sentir-se ligado com um, não exclui sentir-se ligado com o outro. No entanto, a diferença é relativamente grande quando se sentem “quase nada ligados”, 4,3% se sentem “quase nada ligados” com o Reino Unido, enquanto 15,5% sente o mesmo em relação à UE.

A menor parte das respostas se concentra no sentimento “regular” sobre o Reino Unido, 17,9%, e sobre a UE, 9,2%. Isso indica uma preferência emocional da nação britânica sobre a europeia. Isso pode ser explicado pelas tradições culturais particulares britânicas e a relação histórica que o país teve com o continente (GOODWIN; HEATH, 2016).

Gráfico 9 – O quão emocionalmente ligado você se sente com...? (%)

n= 1941

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c).

Curtice (2016) afirma que esse movimento eurocético que cresceu, mesmo que não tão substancialmente ao longo dos anos, possa diminuir o impacto das campanhas dos *leavers* e dos *remainers*, uma vez que parte considerável da população já tem uma opinião sobre a UE. Goodwin e Heath (2016) e Vasilopoulou (2016), por outro lado, acreditam que o papel das campanhas foi essencial para conquistar os indecisos e indiferentes e, por consequência, a decisão inédita de se desvincular ao bloco. Isso é reforçado pela vitória bastante acirrada.

As pautas de campanha que discutiram a adesão do Reino Unido à UE tinham caráter do custo-benefício que o bloco traria ao país. Além disso, reforçaram a influência internacional que o Estado obtinha pertencendo ao bloco. Os *remainers* exaltam a globalização, são propensos a colher os benefícios econômicos da integração e menos a se sentirem ameaçados por outras culturas. Por outro lado, os *leavers* apelaram para o sentimento de pertencimento ao Reino Unido em relação a UE e questões relacionadas com a concessão de direitos trabalhistas e serviços sociais aos cidadãos do bloco. Esses argumentos tangenciam as preocupações sobre economia, segurança, mobilidade e multiculturalismo (VASILOPOULOU, 2016). Curtice (2016) afirma que para entender o voto do referendo, é necessário entender como essas preocupações se interagem considerando a influência partidária, a identitária, os níveis de satisfação e de rendimento. Assim, Clark, Goodwin e Whiteley (2017) entendem o referendo do Brexit como maior do que apenas questões domésticas a aprovação do governo.

Embora haja altos níveis de polarização partidária no Reino Unido, Driver (2016) não entende o Brexit em termos partidários. Os principais partidos, Trabalhista e Conservador, não são uniformes na questão do referendo. O Partido Conservador foi historicamente dividido na

Europa e isso também se manifestou no referendo, já que o partido se comprometeu a ser oficialmente neutro para evitar tumultos internos. Já os trabalhistas declararam apoio à adesão a UE, embora historicamente procurassem ter uma posição mais eurocética. Ainda assim, a ambiguidade e contradição de ambos os partidos não foram capazes de influenciar substancialmente os eleitores, diluindo o efeito do partidarismo na escolha do voto.

Ishkanian (2018) avalia que, em situações tal como a integração europeia, exista um paradoxo nos movimentos de unificação e transnacionalização que faz com que os europeus orientais se sintam mais como estrangeiros na Europa Ocidental do que nunca. A imigração em massa não é simplesmente uma característica das democracias liberais, mas uma manifestação de um reordenamento fundamental das relações que desafiam a viabilidade dos Estados nacionais tradicionais (HUNTINGTON, 2010; ANDERSON, 2009; NYE, 2004). Os britânicos se tornaram mais céticos sobre os benefícios da imigração, aumentando o grau de seletividade do imigrante. Eles demonstram uma preferência para aqueles que se encaixariam no entendimento de britânico, assumindo um compromisso com o modo de vida, costumes, língua e habilidades necessárias para a contribuição na renda do país. Assim, a postura pragmática sobre a imigração se reforçou no contexto do Brexit (ISHKARIAN, 2018; CURTICE, 2016).

O pragmatismo pode ser associado ao fato de que o Reino Unido está mais dividido por idade, classe, educação, confiança e satisfação econômica pessoal nos últimos anos. Nesse contexto, as diferenças culturais e sociais pela herança da imigração se tornam mais contrastantes. O Reino Unido ainda é o país europeu com uma das maiores taxas de oposição à imigração (FORD; GOODWIN, 2014; CLARKE et al., 2017; ESS, 2016a). Essas divisões sociais permite mapear e entender as motivações anti-imigratórias e as divisões entre os *remainers* e *leavers*. Analistas afirmam que um dos principais motivadores que determinaram o Brexit foi a mudança lenta e estrutural do domínio das classes médias e universitárias, colocando à margem política a massa de trabalhadores médios, homens, brancos, mais velhos e com tendências conservadores. Criou-se, portanto, uma divisão cultural, social e econômica entre os universitários liberais e a classe trabalhadora. Como consequência, houve uma mudança nas atitudes do eleitorado britânico e a imigração é uma das questões que mais divide essas classes, assim como a integração europeia (ISHKARIAN, 2018; KRASSTEV, 2017).

Desto modo, observa-se uma fragilidade na relação do Reino Unido com a Europa, ele esteve atrasado em se juntar à UE, e será o primeiro Estado membro a sair, com a data marcada para março de 2019. Ainda, essa fragilidade é projetada internamente na desintegração entre os nacionais britânicos que prejudicam a confiança no futuro da União. A dinâmica entre esses

atores cria desafios para reavaliar e repensar a conciliação entre as sociedades e os Estados, indo contra a maré anti-política (SKIDELSKY, 2018).

Existem muitas teorias sobre a integração europeia, mas praticamente nenhuma sobre a desintegração (ZIELONKA, 2014). Krastev (2017) sustenta que o Brexit transformou o impensável no inevitável. Foi papel das elites britânicas convencer que o *remain* prevalecia e especialistas e pesquisadores de todo o mundo previam a permanência no bloco. Todas as previsões se mostraram equivocadas e o voto a favor do Brexit foi um choque abrupto com consequências permanentes para líderes políticos, o mercado financeiro e a população europeia.

Embora haja receio que a União Europeia seja destruída por referendos, por outro lado, há o medo de que os referendos estejam errados. O problema dos referendos é que eles limitam as opiniões a uma binariedade “a favor” vs. “contra” e variam suas maiorias de tempos em tempos. As pesquisas e as manifestações sociais já apontam que o desejo da maioria pela saída do bloco já se encontra diminuído e a experiência do Brexit pode ser levada, futuramente, como cautela para utilização de referendos. Krastev chama isso de “efeito Cameron” (KRASTEVEV, 2017, p. 97).

Se para os europeus, a UE era um mundo tão natural, hoje em dia não é mais. A Europa enfrenta problemas que não enfrentava cinquenta anos atrás. Os conflitos armados, os ataques terroristas, a onda de refugiados e as ameaças de países deixarem a zona, como Itália, Grécia e, agora, concretamente, Reino Unido, desgastam as energias para a manutenção integração. O fortalecimento de partidos populistas em todo o continente e a preocupação sobre a migração transformou a natureza das democracias liberais que, por muito tempo, eram um instrumento de inclusão. Agora, as democracias estão sendo utilizadas a favor do surgimento de barricadas e, por consequência, exclusão (KUNOVICH; DEITELBAUM, 2004; HOBOLT, 2016).

Houve, por exemplo, o surgimento de desafios extra-nacionais com a integração europeia. Dogan (1994) vê a integração europeia como um enfraquecimento de identidades nacionais e na indefinição da soberania nacional como consequência da interdependência entre os Estados membros do bloco. Ele exemplifica que a existência da França foi quem ajudou a definir a identidade britânica e vice-versa. Teóricos da modernidade, como Stuart Hall e Paul du Gay, apontam que o mundo moderno ofusca essas diferenças, uma vez que identidades são agora uma questão de escolha pessoal. As identidades nacionais unificadas são desafiadas por processos de globalização e as identidades pós-modernas são uma “festa móvel” para indivíduos que agora têm uma “variedade de possibilidades e novas posições de identificação”. Assim, o fortalecimento da identidade nacional unificada e a decorrência a um sentimento anti-imigratório

podem ser entendidos como uma resistência aos processos da pós-modernidade (HALL; DU GAY, 1996, p. 309; CURTICE, 2016; KRASSTEV, 2017).

Paradoxalmente a onda pessimista de Krastev (2017), o que poderia fortalecer o movimento pós-europeu acabou não acontecendo. A vitória de Emmanuel Macron sobre Marie Le Pen, na França, os movimentos anti-Brexit e o endurecimento das políticas de Merkel, na Alemanha, renovam as esperanças. No pós-Brexit, o número de pessoas nos principais Estados membros da UE que querem que seus países deixem o bloco diminuiu. Sobretudo, nestes países há um sentimento consolidado sobre pertencimento a mesma comunidade política (ARMSTRONG; VAN DE VEM, 2016). Além disso, os constantes ataques terroristas e as crises econômicas e de refugiados podem ser interpretadas como oportunidades para a cooperação e fortalecimento do bloco (APPLEBAUM, 2017).

4.1 A RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DO BRITÂNICO SOBRE IMIGRAÇÃO E O BREXIT

As reformas políticas que vieram junto à integração europeia facilitaram o acesso de membros do bloco ao Reino Unido, em particular, membros da Europa Central e Oriental. Essas políticas concediam livre circulação imediata e total aos membros da UE, além de facilidades para o assentamento e empregabilidade. O mercado econômico britânico atraiu os imigrantes, em comparação com o de outros países. Além disso, o Reino Unido conseguiu manter relativamente sua estabilidade econômica na crise de 2008 e, em conjunto a isso, abria a porta para imigrantes comporem a massa de mão de obra trabalhista, uma vez que sua população sofre pelo processo de envelhecimento. A reação dos britânicos foi de cautela a essas políticas, apesar da grande receptividade e reconhecimento para o desenvolvimento do Reino Unido, como tratado anteriormente (DUFFY; FRERE-SMITH, 2014; FORD et al., 2014).

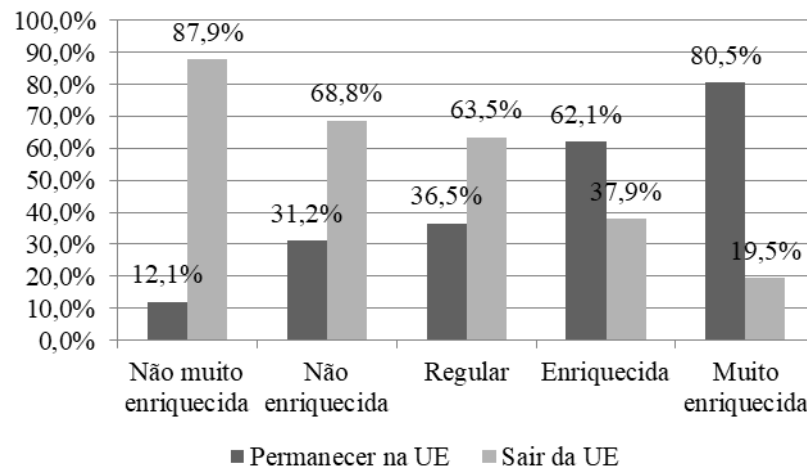
Como uma preocupação pública, a imigração foi fator central na ascensão do UKIP e na consolidação do referendo que decidiria a continuidade ou interrupção da participação do Reino Unido na UE, em 2016. À maioria dos votos para sair do bloco, é atribuída essa preocupação na entrada de imigrantes no país (FAVELL; BARBULESCU, 2018). Com o governo sinalizando que Brexit implicaria o fim dos direitos de livre circulação de cidadãos da UE para a ilha, o processo do Brexit representou uma oportunidade para a revisão do debate sobre imigração e uma possibilidade concreta mais atrativa para a redução da imigração no país. Em uma perspectiva mais ampla, ele também representou um espaço para o questionamento sobre os benefícios e malefícios da integração europeia (FLINDERS, 2018).

Uma apreensão presente à integração de países em blocos é a perda da identidade nacional em função de uma pós-nacional (KRASSTEV, 2017). Isso não acontece diferente com a precaução britânica de perda da identidade, no qual o Reino Unido é um Estado tradicional e secular, com muitas particularidades e memória histórica. Portanto, a integração à UE é associada a uma ameaça aos símbolos nacionais, como a libra, o inglês tradicional, o parlamento e a Coroa (LARSEN, 2018).

Curtice aponta que eleitores britânicos com um forte senso de identidade nacional estão inclinados a questionar as instituições da EU no Reino Unido. Esse mesmo eleitor tende a se preocupar com as distinções culturais advindas de imigrantes membros da UE. Como resultado, estão mais propensos a querer uma desintegração do bloco europeu. Por outro lado, os eleitores britânicos com maior senso de identidade europeia e que saúdam o impacto cultural da imigração no país estão inclinados a integração ao bloco (CURTICE, 2016).

Tais apontamentos de Curtice (2016) estão de acordo com o *survey do European Social Survey*, realizado em 2016, que está disposto no Gráfico 10. As respostas da pesquisa apontam que, em 2016, a maioria, 87,9%, dos que não percebiam um enriquecimento cultural no país com imigrantes votou no Brexit. Na outra extremidade, a polarização também é desenhada: 80,5% dos que percebem um enriquecimento cultural, votou na permanência no bloco. O padrão de “quanto maior a percepção de enriquecimento cultural, maior a propensão a votar na permanência no bloco” e *vice-versa*, mantém-se nas opções “não enriquecida” e “enriquecida”. No entanto, aqueles que qualificam o enriquecimento cultural como “regular”, votaram para a saída do bloco. A diferença entre os *leavers* e *remainers*, neste caso, é grande, 27%.

Gráfico 10 – Cruzamento entre a percepção sobre o enriquecimento da cultura com imigrantes e o voto no referendo do Brexit em 2016



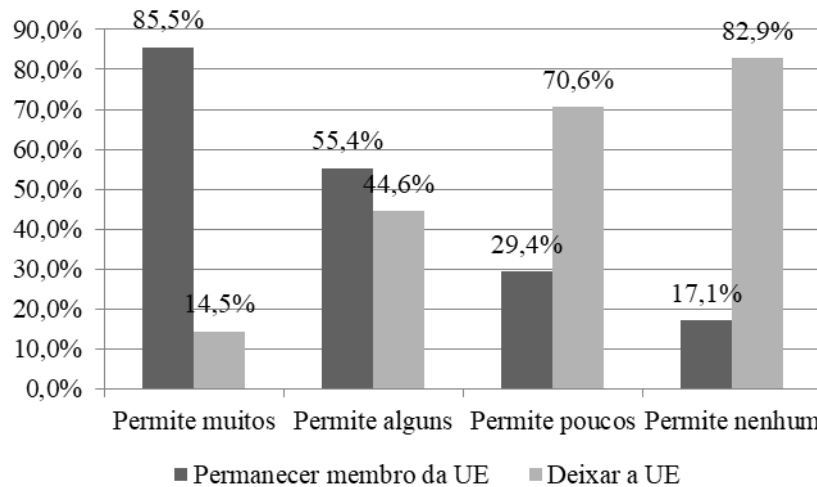
n= 1738

r = 0,00.

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c).

Uma análise mais precisa sobre a percepção do enriquecimento cultural advindo da imigração e o voto no referendo do Brexit é complementada olhando as características dos imigrantes com maior receptividade. O Gráfico 11 apresenta a percepção daqueles que permitem imigrantes de diferentes raças/grupos étnicos que a maior parte dos britânicos (branca) e o voto no referendo do Brexit. Há uma clara divisão entre aqueles que permitem a entrada de muitos imigrantes com raças/grupos étnicos diferentes e o voto pela permanência no bloco: 85,5% votam por permanecer, enquanto apenas 14,5% votam pela saída. O comportamento oposto é apontado por aqueles que não permitem a entrada de imigrantes de raças/grupos étnicos diferentes da maior parte dos britânicos: 82,9% votam pela saída da UE, enquanto apenas 17,1% votam pela permanência. As percepções ficam mais equilibradas sobre a entrada de “alguns”, 44,6% votam por deixar a UE, enquanto 55,4% votam por permanecer. Por outro lado, a seletividade fica mais enfatizada entre aqueles que permitem a entrada de “poucos” no país, 70,6% votam pela saída do bloco, enquanto 29,4% votam pela permanência.

Gráfico 11 - Cruzamento entre os que permitem imigrantes de raças/grupos étnicos diferentes da maior parte dos britânicos e o voto no referendo do Brexit em 2016 (%)



n=1729

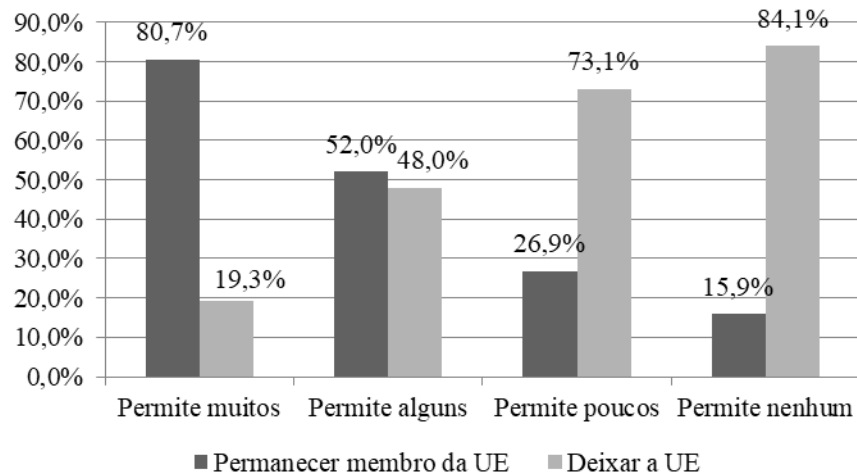
r= 0,00

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c). Elaboração própria da autora (2018).

A análise desses dados poderia nos conduzir a concluir que os britânicos pendem a um pensamento racista/higienista sobre a composição étnica da população, pois disparadamente a maior parte dos britânicos que permite nenhum imigrante de raça/grupo étnico diferente que a maior parte dos britânicos votou pela saída do Reino Unido da UE. Nesse contexto, há uma expressiva massa de romenos, húngaros, tcheco, búlgaros, eslovenos e eslovacos dentre os imigrantes do Reino Unido. Considera-se que essas nacionalidades compreendem povos eslavos e ciganos, dos quais têm diferenças contrastantes com os britânicos, como a língua e religião (EADE; GARAPICH; DRINKWATER, 2018).

No entanto, quando questionados sobre a permissão de imigrantes da mesma raça/grupo étnico que a maior parte dos imigrantes e o voto no referendo, as variáveis tendem a se comportar da mesma maneira que as expostas no Gráfico 11. No Gráfico 12, podemos observar as extremidades bastante polarizadas. Enquanto 80,7% dos que permitem imigrantes da mesma raça/grupo étnico que o britânico votaram pela permanência, apenas 19,3% votaram pela saída. Por outro lado, 84,1% dos que permitem este tipo de imigrante votaram por deixar a UE, enquanto 15,9% votaram por permanecer.

Gráfico 12 - Cruzamento entre a percepção sobre entrada de imigrantes da mesma raça/grupo étnico que a maior parte dos britânicos e o voto no referendo do Brexit em 2016 (%)



n= 1724

r= 0,00

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c). Elaboração própria da autora (2018).

Assim, ao comparar os Gráfico 11 e Gráfico 12, podemos concluir que a preferência por um grupo racial/étnico de imigrante não esteve associado ao voto do referendo do Brexit, pois as opiniões *remainers* e *leavers* tendem a se comportar na mesma maneira, de forma muito sutil, independente da preferência racial/étnica. Portanto, os eurocéticos se preocupam com a preservação da identidade britânica desassociada ao tipo de imigrante. No entanto, ao comparar aqueles que permitem “poucos” imigrantes, independente da natureza racial/étnica, sobressai o voto eurocético, com uma diferença de 41,2% entre os imigrantes de raça/etnia diferente e 46,2% entre os de raça/etnia igual. Assim, o grau de preocupação cultural se torna eurocético.

Apostolova e Hawkins (2017) apontam que há um consenso generalizado sobre os critérios de seleção de imigrantes dentre os eurocéticos. Nele, destacam-se a capacidade de falar inglês, um compromisso com os costumes e modo de vida britânico e, por fim, possuir habilidades necessárias para contribuir com o rendimento do país. Deste modo, Tilford (2016) justifica a percepção britânica sobre a imigração e o voto pela saída do bloco não como racista, mas como xenófoba. O’Toole (2016), por sua vez, como nacionalista.

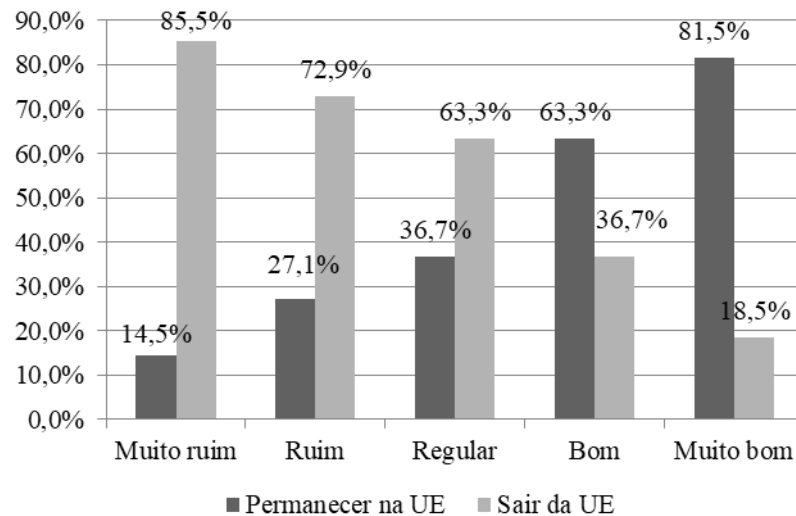
Vasilopoulou (2016) acredita que as atitudes em relação à imigrantes da UE são fortes preditores de voto do referendo do Brexit. Isso porque os direitos relacionados com a liberdade de circulação, com o direito de trabalhar e receber prestações sociais e fiscais dentro da EU podem constituir canais que recorrem a outras aflições dos cidadãos, como o desgaste da identidade nacional, a crise econômica e a segurança nacional. Assim, *leavers* apelaram para o sentimento dos eleitores em relação aos estrangeiros para sustentar a sua campanha, questionando se os imigrantes da UE estão colocando uma pressão desnecessária sobre o Estado

e seus recursos, se existe um controle real sobre o controle das fronteiras e se os índices de criminalidade têm aumentado entre os imigrantes, especialmente aqueles que têm os rendimentos mais baixos.

Por outro lado, *remainers* incluíam em sua campanha a economia nacional, as relações comerciais com os países europeus e a influência britânica no continente como pontos a favor da permanência no bloco. Sobre a imigração, destacaram a imigração da EU como uma oportunidade potencial para melhorar o Estado de bem-estar social e suas disposições por meio de contribuições fiscais e de assistência social (GRANT, 2016; VASILOPOULOU, 2016). Portanto, embora a preocupação cultural seja tanto difundida entre o público britânico e sublinhada no ceticismo que existe sobre a UE, como apontado nos gráficos acima, Curtice (2016) sugere que por si só é insuficiente para sustentar o voto do Brexit.

Assim, para melhor compreender a relação entre a imagem sobre a imigração e o referendo, é analisada a relação entre a percepção do britânico sobre o impacto do imigrante na economia e o voto no referendo do Brexit. O Gráfico 13 demonstra que dentre os que acham que o imigrante teve um impacto positivo na economia tendem a votar pela permanência no bloco. Destes, 81,5% acham que a repercussão é “muito boa” e 63, 3% a veem como “boa”. Em contraste, dos que acreditam que o efeito é “muito ruim”, a imensa maioria de 85,5% votou pela saída do bloco, enquanto 14,5%, pela permanência. O impacto “ruim” na economia também é um voto eurocético com uma diferença grande, 72,9% votam pela saída, enquanto 27,1%, pela permanência. Aquelas que não veem diferença entre a influência do imigrante na economia também optaram pela saída do bloco com uma margem considerável: 63,3% pela saída e 36,7% pela permanência. Assim, o voto o impacto do imigrante na economia também é eurocético.

Gráfico 13 - Cruzamento entre a percepção sobre o imigrante na economia e o voto no referendo do Brexit em 2016 (%)



n= 1736

r = 0,00

Fonte: Dados do *European Social Survey* (2016c). Elaboração própria da autora (2018).

A crise de 2008 afetou bastante o Reino Unido e, até 2014, quase um terço da população britânica experimentou a pobreza e a falta de oportunidades no país. Os grupos mais vulneráveis à pobreza são idosos, pessoas que abandonaram a educação formal e mulheres. Esses eleitores, por sua vez, sofriam um duplo golpe. Enquanto suas faltas de qualificações os colocam em desvantagem social e econômica, a falta de oportunidades por conta da crise acaba por marginalizá-los ainda mais (GOODWIN; HEATH, 2016). Geoffrey, Evans e Mellon (2016) evidenciam que, apesar de a imigração ser uma preocupação pública, os grupos mais vulneráveis à pobreza eram mais propensos a votar pelo Brexit por enxergar a imigração como uma concorrência às poucas oportunidades.

Entre 1997 e 2010, sob três governos do Partido Trabalhista sucessivos socialmente conservadores, trabalhadores brancos e com poucas qualificações educacionais gradualmente descreditavam no partido como um representante. O resultado disso foi a queda de identificação com o Partido Trabalhista e a aversão à política como um meio de solução de problemas na sociedade. Tilford (2016) indica que foi papel do Partido Conservador apontar os imigrantes como culpados das pressões sobre as finanças e serviços públicos e escassez de moradias.

Assim, o aumento da hostilidade à imigração foi a diminuição do *status* social da classe trabalhadora. Apesar de haver uma melhoria acentuada na média educacional no pós-Guerra, hoje em dia a massa trabalhadora apresenta os piores indicadores educacionais no país. Eles tendem a ter uma remuneração baixa e passam a competir a escassez de oportunidades com os

imigrantes. Os imigrantes advindos da UE tendem a ter uma taxa de escolaridade e qualificação alta, em relação a imigrantes fora do bloco (MELLON; EVANS, 2016).

Além da percepção de competição por trabalho, eles criticam a concorrência do Serviço Nacional de Saúde (NHS) e da educação. No entanto, os imigrantes da EU são contribuintes para as finanças públicas e privadas e, portanto, podem gozar dos serviços no NHS. Além disso, o atendimento a imigrantes no NHS teve custo adicional de 1,4 bilhões de libras desde 2014, em comparação com quase 7 bilhões de libras advindos de outros custos, como aumento de salários e uso de novas tecnologias (DOLTON, 2017). Estudiosos apontam que o problema econômico pode causar uma hostilidade popular insustentável sobre a imigração. Na verdade, o problema se centra na oferta de serviços públicos frente às demandas e a alocação de gastos, ou seja, má administração pública (TILFORD, 2016; VASILOPOULOU, 2016).

Outros problemas que, no senso comum, apresentam uma relação causal são a questão da baixa de salários e escassez de moradia. A partir da crise de 2008, os salários reais de trabalhadores britânicos caíram acentuadamente, mas há poucas evidências que sugerem que a imigração tenha causado isso. A escassez de moradia se tornou um problema agudo no Reino Unido, pois há uma defasagem na construção de casas. Somado a isso, os aluguéis estão inacessíveis para os trabalhadores médios e, como consequência, o país é avaliado hoje como possuindo o menor espaço vital por habitante entre a UE15²³ e o menor número de casas novas entre todos Estados da UE (TILFORD, 2016). Apesar de a população atribuir a culpa à imigração, especialistas indicam a ineficácia das políticas públicas como responsável (DOLTON, 2017).

Assim, o Brexit é comumente considerado como uma divisão importante na sociedade britânica. Os eleitores têm visões diferentes para o futuro do Reino Unido e a imigração desempenha um papel fundamental nelas. Os eleitores *remainers* são, em média, mais socialmente liberais e pró-imigração, enquanto os eleitores *leavers* são mais socialmente conservadores e anti-imigração. As pessoas mais velhas tendem a serem menos favoráveis à imigração e mais propensas a ter votado a favor do Reino Unido deixar a UE, enquanto aqueles com mais educação são mais pró-imigração e mais propensos a ter votado pela permanência (KUNOVICH; DEITELBAUM, 2004; HOBOLT, 2016).

Harding (2018) aponta que as diferenças na escolha do voto referendário da UE foram mais marcadas pelo nível de educação, renda e idade. As diferenças qualitativas entre os *remainers* e os *leavers* reforça o argumento de que o Reino Unido não é mais tão coeso quanto

²³ Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia.

antigamente e, portanto, não foi a imigração que causou essa divisão. As preocupações geracionais sobre identidade, cultura, economia e soberania permanecem agora como questões da integração e globalização das democracias modernas. O grande desafio que o Reino Unido enfrentará nos próximos anos será, portanto, balancear o conservadorismo social das pessoas idosas e o liberalismo dos jovens. Baggini, em 2013, já constatava essa divisão social e afirmava que o conservadorismo tenderia a resistir frente ao liberalismo dos jovens. No entanto, protestos constantes contrários a saída do Reino Unido da UE carregam a insatisfação de uma parcela importante da população e um otimismo futuro para aqueles que gostariam que o país reingressasse no bloco (BUNCHAN, 2018).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou contribuir para a discussão do papel da cultura política dos britânicos nas Relações Internacionais, construir uma análise descritiva sobre percepção do britânico sobre a imigração e verificar a relação entre a percepção dos britânicos sobre imigração e a decisão final do referendo do Brexit. Parte-se do entendimento de novos atores internacionais estão surgindo como objeto de estudos nas Relações Internacionais em razão da descentralização do Estado. Essa mudança é dada pela complexidade e dinamicidade do mundo contemporâneo, impulsionado pelas mudanças estruturais a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de novos sujeitos. Assim, há a necessidade de expandir novas óticas e renovar as antigas para entender os novos fenômenos. Portanto, a centralidade do Estado no estudo das Relações Internacionais é limitadora para a assimilação dos processos internacionais recentes.

Nesse novo contexto, o Estado é um corpo pluridimensional, no qual existem movimentações domésticas que implicam em uma relação entre o interno e o externo. O papel do Estado, portanto, seria mediador, esmaecendo seu papel principal. Nas Relações Internacionais, essa interação ficou conhecida como “jogo de dois níveis”, elaborada por Robert Putnam, que dialogam com as ideias de Krasner e Katzentein sobre a importância de fatores domésticos para as relações externas do Estado.

Na tentativa de garantir o êxito democrático nos países ocidentais, a herança desses pensamentos pode ser observada nos esforços de Almond e Verba em identificar elementos que condicionam a estabilidade democrática nos países. O livro *The Civic Culture* é, portanto, um marco nos estudos de Cultura Política na introdução do método *survey*. O termo cultura política se refere às crenças, valores e orientações políticas, como interesse por política, orgulho nacional, confiança interpessoal e institucional etc. Essas normas afetariam o envolvimento das pessoas com a vida pública e, em um aspecto macro, com a política institucional.

Três tipos de cultura política foram identificados em *The Civic Culture*, a paroquial, a súdita e a cívica. Almond e Verba concluíram que a cultura cívica, na qual o cidadão tem um grau de envolvimento alto com a política, era a que mais qualificaria a cultura política britânica naquela época. Esse tipo de cultura seria a mais propícia para o florescimento da democracia.

A formação da cultura política de um grupo está associada ao processo de socialização política. As orientações têm uma pressão geracional, mudam com o tempo, e são influenciadas pelos aspectos institucionais, geográficos, demográficos, históricos e estruturais. O ambiente econômico e internacional também constrangeriam a cultura política. Assim, o que os cidadãos pensam e fazem a respeito da democracia são componentes indispensáveis para entender as experiências de democratização. A associação do Reino Unido à União Europeia trouxe

preocupações que condicionam a renovação e construção das suas atitudes políticas de sua população. Essa mudança é impulsionada pelos processos de integração internacional e globalização. Assim, acredita-se que é necessário recorrer ao papel da Cultura Política para a investigação dessa mudança de valores e das relações com a sociedade internacional.

Durante muito tempo, houve uma coesão cultural considerável no Reino Unido, reforçada pelo fato de que a maior parte da população vive em áreas urbanas ou suburbanas. No entanto, a modernização, o envelhecimento populacional e a crescente desigualdade de renda apontam que o cenário britânico é diferente do descrito cinquenta anos atrás por Almond e Verba; muitos dos valores tradicionais foram postos em xeque. A junção à União Europeia trouxe preocupações sobre a identidade nacional e europeia, assim como a intensa chegada de cidadãos europeus no país. Do país de origem desses imigrantes, destacam-se os da Europa Oriental com nível de produtividade abaixo da média europeia.

Os imigrantes da UE pagam impostos que recebem no bem-estar e no uso de serviços públicos. Eles são, em geral, jovens, instruídos e qualificados que migram em busca de trabalho. A leitura desse imigrante pode ser interpretada como uma concorrência às oportunidades do trabalhador britânico médio. Essa imagem é reforçada em períodos de retração econômica. Assim, os britânicos se tornaram mais céticos sobre os benefícios da imigração. Esse receio é projetado nas vantagens de uma integração com o bloco europeu e, deste modo, os movimentos pró-Brexit consolidaram o referendo em que a população decidiria como se dariam as relações internacionais de seu país – e de outros -, nos próximos anos.

Nos últimos anos, a importância política da imigração aumentou como uma das questões que mais preocupam o britânico. Em linhas gerais, o Reino Unido não reagiu negativamente de forma significativa ao recente aumento na imigração, mas, ainda assim, a posição que o Reino Unido ocupa é de o país europeu com a maior taxa de oposição à imigração. As atitudes sobre os impactos econômicos e culturais da imigração são positivas. No entanto, é possível que, na realidade, o mercado de trabalho tenha se desempenhado bem comparativamente no período que acabou por neutralizar qualquer preocupação sobre o impacto da imigração na economia. Os britânicos também se mostraram mais seletivos quanto às habilidades dos imigrantes que chegam ao país. Isso significa que eles não tendem completamente a uma oposição à imigração, mas sim a uma entrada mais seletiva que, consequentemente, ocasionaria a redução do número de imigrantes. Isso, por sua vez, pode explicar o paradoxo sobre a imigração.

Há de se afirmar ainda que, na questão da imigração, existem visões que dividem agressivamente os britânicos em dois grupos sobre essa questão. O primeiro é composto pelo

perfil de jovens, graduados e de classe média que enxergam a imigração como positiva e reconhecem suas contribuições culturais e econômicas para o país. Por outro lado, há os trabalhadores, sem rendimento escolar e de classes mais baixas que veem a imigração de forma negativa.

A união do Reino Unido com a União Europeia é outra questão que polariza os britânicos, os eleitores têm visões diferentes para o futuro do Reino Unido. Quando a imigração é trazida a essa discussão, ela desempenha um papel fundamental para a construção do voto. Os eleitores anti-Brexit são, em média, mais socialmente liberais e pró-imigração, enquanto os eleitores pró-Brexit são mais socialmente conservadores e anti-imigração. As pessoas mais velhas tendem a serem menos favoráveis à imigração e mais propensas a ter votado a favor do Reino Unido deixar a UE, enquanto aqueles com mais educação são mais pró-imigração e mais propensos a ter votado pela permanência.

Deste modo, as diferenças qualitativas entre os favoráveis e desfavoráveis à imigração e entre os *remainers* e os *leavers* reforçam o argumento que o Reino Unido não é mais tão coeso como antigamente. A imigração não pode ser entendida como única responsável por essa divisão, haja vista as transformações estruturais pelas quais o país passou a partir da modernização, da informatização, da austeridade econômica e do alinhamento com as políticas da União Europeia. Enfim, fenômenos frequentemente condicionados nas democracias liberais contemporâneas. Essas medidas afetaram os britânicos com diferentes impactos a partir de suas gerações, classes, gêneros e raças.

O voto do referendo do Brexit foi um voto dinâmico e multidimensional, e a variável imigração não é suficientemente explicativa do resultado do referendo do Brexit, em 2016, ainda que a imigração seja uma das questões mais presentes e apreensivas, com um impacto direto na vida dos britânicos. Suas posições sociais condicionaram suas respectivas percepções sobre a imigração e também sobre a relação que o Reino Unido deve ter com a União Europeia. O grande desafio que o país terá que encarar nos próximos anos, além de reestabelecer suas relações com o bloco europeu, será balancear e amenizar as divisões, por vezes polarizadas, entre o conservadorismo social dos trabalhadores idosos e o liberalismo dos jovens universitários. Entende-se que os estudantes de Relações Internacionais têm o compromisso e responsabilidade de compreender as sociedades, fenômenos e processos a fim de buscar soluções para os eventuais reveses.

REFERÊNCIAS

- 10 CHARTS explaining the UK's immigration system. **BBC**, [S.l.], 2 May 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-43960088>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- ALBANUS, A. P. F. **Cultura Política, política externa e congruência: uma análise sobre os governos Lula (2003-2010)**. 116f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178188/001063696.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- ALFORD, B.W.E. **Britain in the World Economy Since 1880**. London: Longman, 1996. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/albion/article/b-w-e-alford-britain-in-the-world-economy-since-1880-a-social-and-economic-history-of-englandtwentiethcentury-britain-new-york-longman-publishing-1996-pp-xvi-355-np-isbn-0582486769/F6FB30ACBB7BC4FAE4A4E53F4BD81510>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- ALMOND, G. **The American people and foreign policy**. New York: Praeger. 1950.
- ALLEN, W. **Bulgarians & Romanians in the British National Press**. Oxford: Migration Observatory Press. 2014. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/imre.12206>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**. Califórnia: Sage Publications, 1963.
- ANDERSON, B.; BLINDER, S. **Who Counts as a migrant?** Definitions and their consequences. The Migration Observatory at the University of Oxford. 5th Revision. 2017. (Report).
- ANDERSON, S. **International Studies: An Interdisciplinary Approach to Global Issues**. Boulder: Westview Press, 2009.
- APOSTOLOVA, V.; HAWKINS, O. **Migrant population of UK**. London: House of Commons Library, 2017. Disponível em: <<researchbriefings.files.parliament.uk/documents/.../CBP-8070.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.
- APPLEBAUM, A. Britain after Brexit: a nation divided. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 53-58, 2017. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/article/britain-after-brexit-transformed-political-landscape>>. Acesso em: 23 out. 2018.
- ARMSTRONG, A.; VAN DE VEN, J. **The Impact Of Possible Migration Scenarios After Brexit On The State Pension System**. National Institute of Economic and Social Research, v. 1, n. 3, 2016. (Policy Brief). Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2227-7099/4/4/23>>. Acesso em: 24 out. 2018.
- ATKESON, L; RAPOPORT, R. The more things change the more they stay the same: Examining gender differences in political attitude expression, 1952–2000. **Public Opinion Quarterly**, n. 67, p. 495-521, 2003. (Edição especial).

BAGGINI, J. The Guardian view on Europe and immigration: the year of living damagingly. **The Guardian**. London, 26 August, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/aug/26/the-guardian-view-on-europe-and-migration-the-year-of-living-damagingly>>. Acesso em 16 set. 2018.

BAQUERO, M. Capital social como caminho alternative na construção democrática: reflexões sobre o Brasil. IN: NAZZARI, K. (Org.). **Temas de Ciência Política**: teoria do conhecimento, metodologia nas Ciências Sociais, Teorias Políticas e Comportamento Político. Cascavel: Unioeste, 2004.

BAQUERO, M. **Cultura Política e Democracia**: Os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS. 1994.

BARRY, B. **Sociologists, Economists and Democracy**. London: Collier-Macmillan Ltd., 1970. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/37688626_Sociologists_Economists_and_Democracy>. Acesso em 11 set. 2018.

BELOT, M. V. K.; HATTON, T. J. Immigration Selection in the OECD. **Journal of Economics**, v. 114, n. 4, p. 1105-1128, 2012. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9442.2012.01721.x>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BEUTIN, R. et al. **Migration and Public Perception**. Bureau of European Policy Advisers (BEPA). (White Paper). Disponível em: <https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/documents/policies/legal-migration/pdf/general/bepa_migration_2006_en.pdf>. Acesso em 14 out. 2018.

BLACK, L.. **The political culture of the left in affluent Britain 1951-1964**. Old Labour, New Britain?. Library of Congress. 2003.

BLANCHFLOWER, D.; SALEHEEN; J.; SHADFORTH, C. The impact of the recent migration from Eastern Europe on the UK Economy. **Discussion Paper Series**, n. 2615, p. 4-63, 2007. Disponível em: <<http://repec.iza.org/dp2615.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2018.

BLINDER, S.; RICHARDS, L. **UK Public Opinion toward Immigration**: Overall Attitudes and Level of Concern. 5 ed. Oxford: University of Oxford Press, 2018.

BLINDER, S. Imagined Immigration: The Impact of Different Meanings of ‘Immigrants’ in Public Opinion and Policy Debates in Britain. **Political Studies**, v. 63, n. 1, p. 80–100, 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-9248.12053>>. Acesso em: 14 ago.

BOFFAY, D. UK’s Brexit proposals threaten future of UE, says Barnier. **The Guardian**. London, 02 August 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2018/aug/02/uks-brexit-proposals-threaten-future-of-eu-says-barnier>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BSA. British Social Attitudes. British Social Attitudes User Guide. **NatCen Social Research** n. 30. 2014. (Report paper). Disponível em:

<http://www.bsa.natcen.ac.uk/media/38723/bsa30_full_report_final.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

BSA. British Social Attitudes. British Social Attitudes User Guide. **NatCen Social Research** n. 35. 2016. (Report paper). Disponível em:

<http://doc.ukdataservice.ac.uk/doc/8252/mrdoc/pdf/8252_bsa_2016_user_guide.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

CAMERON, D. **EU speech at Bloomerang**. Bloomerang, 23 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>>. Acesso em: jun. 2018.

CAMPBELL, N. Immigration law for NI employers: Questions and answers on Brexit. **Quarterly Reviews**., v. 1, n. 357, 2018a.

CAMPBELL, N. Implications of Brexit for immigration. **Quarterly Reviews**, v. 1, n. 208, 2018b.

CASTRO, H. C. O. Cultura Política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n.1, 2008.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CATTERALL, J. S. Risk and resilience in student transitions to high school. **American Journal of Education**, v. 106, n. 2, p. 302-333, 1998..

CHILCOTE, R. **Theories of Comparative Politics**. 2 Ed. Boulder: Westview Press, 1994.

CINI, M.; BORRAGÁN, N. P. **European Union Politics**. 5 Ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qTM0CwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=united+kingdom+and+europe+union+relations&ots=1h1iSuX0u8&sig=ax19OEPsaC8xX8QBvCYqA_CJIA4#v=onepage&q=united%20kingdom%20and%20europe%20union%20relations&f=false>. Acesso em: 14 set. 2018.

CLARK, N.; HARDY, J. **Free Movement in the EU: The case of Great Britan**. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/08041.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CLARKE, H. et al. Attitudes to Brexit Over Time. IN: CLARKE, H. et al. (Eds.). **Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 61-85.

CURTICE, J. A question of culture or economics? Public attitudes to the European Union in the United Kingdom. **The Political Quarterly**, v. 87, n. 2 de 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-923X.12250>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CURTIS, K.; THOMAS, L.; BROMLEY, C. (Eds.). **British social attitudes survey**. 18th Report. London: Sage, 2001. Disponível em: <<https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/british-social-attitudes/book224905>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CZAIKA, M.; HAAS, H. **The Migration Observatory: Determinantes of Migration to the UK**. 2nd. Ed. Oxford Prees. 2018.

CZESŁAW, M. **Te Captive Mind**. New York: Vintage. 1990.

DALTON, R.; WELZEL, C. **The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizenship**. 2014. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/236239861_The_Civic_Culture_Transformed_From_Allegiant_to_Assertive_Citizenship>. Acesso em: 14 set. 2018.

DALTON, R. Political Support in Advanced Industrial Democracies. IN: NORRIS, P. **Critical Citizens: Global support for democratic government**. New York: Oxford University Press, 1999, p. 57-77. Disponível em:
<<http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0198295685.001.0001/acprof-9780198295686>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DEMIREVA, N. **Immigration, Diversity and Social Cohesion**. 4th ed. University of Oxford Press. 2017. Disponível em:
<<https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/immigration-diversity-and-social-cohesion>>. Acesso em: 11 out. 2018.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. The quality of democracy: An overview. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 4, p. 20-31, 2004. Disponível em:
<<https://www.journalofdemocracy.org/article/quality-democracy-overview>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DIAMOND, L. Causes and Effects. IN: DIAMOND, L. (Ed.), **Political Culture and Democracy in Developing Countries**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994, p. 229-250.

DOLTON, P. Is NHS funding in crisis? Institute of Economic and Social Research. NIERSR General Election, 2017. (Briefing, 5).

DRIVER, S. **Understanding British Party Politics**. Cambridge: Polity Press, 2016.

DUFFY, B.; FRERE-SMITH, T. **Perception and reality**. Public attitudes to immigration. **The Political Quarterly**, v. 85, n. 3, p. 259-276, 2014. Disponível em:
<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-923X.12096>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Disponível em:
<<https://global.oup.com/ukhe/product/international-relations-theories-9780198707561?cc=br&lang=en&>>. Acesso em: 18 set. 2018.

EADE, J.; GARAPICH, M.; DRINKWATER, S. Demographic/Migration Context: Britain's Ethnic Diversity and Recent Migration from the A8 Countries. 2018. (Briefing) Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/253979788_DemographicMigration_Context_Britain's_Ethnic_Diversity_and_Recent_Migration_from_the_A8_Countries>. Acesso em 05 nov. 2018.

ESS. European Social Survey. **Attitudes towards immigration and their antecedents: Topline results from round 7 of the European Social Survey**. 2016a. Disponível em:
<https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7_toplines_issue_7_immigration.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

ESS. European Social Survey. **The evolution of anti-immigration attitudes**. 2016b. (Report paper). Disponível em: <<http://essedunet.nsd.uib.no/cms/topics/immigration/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ESS. European Social Survey. Survey File Data and Documentation. IN: _____. **Survey File Data and Documentation: United Kingdom Round 8**. 2016c. Disponível em: <<http://www.europeansocialsurvey.org/download.html?file=ESS8GB&c=GB&y=2016>>. Acesso em: jun. 2018.

EUROPEAN COMISSION. **Migration and Home Affairs**. Schngan Area. 2018a. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen>>. Acesso em: 28 out. 2018.

EUROPEAN COMISSION. **The United Kingdom and the euro**. 2018b. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/euro-area/euro/eu-countries-and-euro/united-kingdom-and-euro_en>. Acesso em: 28 out. 2018.

FARIA, C. A. P. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a06.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

FAVELL, A.; BARBULESCU, R. Brexit, Immigration and Anti-Discrimination. IN: DIAMOND, P.; NEDERGAARD, P.; ROSAMOND, B. **The Routledge Handbook of the Politics of Brexit**. New York: Routledge, 2018.

FERNANDES, V. R. Idealismo e realismo nas Relações Internacionais: um debate ontológico. **Journal of International Relations**, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11144/2781>>. Acesso em: 14 set. 2018.

FINNEMORE, M.; SIKKINK, K. Taking Stock: The Constructivist Research. **Annual Review of Political Science**, v. 4, n. 1, p. 491-416, 2001. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.4.1.391>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

FLINDERS, M.; The anti-politics of Brexit. IN: DIAMOND, P.; NEDERGAARD, P.; ROSAMOND, B. **The Routledge Handbook of the Politics of Brexit**. New York: Routledge, 2018.

FORD, R.; GOODWIN, M. Understanding UKIP: Identity, Social Change and the Left Behind. **The Political Quarterly**, v. 85, n. 3, p. 277-284, 2014. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-923X.12099>>. Acesso em 24 out. 2018.

FORD, R. Acceptable and unacceptable immigrants: How opposition to immigration in Britain is affected by migrants' region of origin. **Journal of Ethnic and Migration studies**. v. 37, n.7, p. 1017-1037, 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2011.572423>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FORD, W.; SOMERVILLE, W. Public Opinion, Responsiveness and Constraint: Britain's Three Immigration Policy Regimes. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 41, n. 9, p. 1391-1411, 2015. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F1369183X.2015.1021585>>. Acesso em: 28 out. 2018.

FORMAN, F. N.; BALDWIN, N. **Constitutional Change in the United Kingdom**. London: Routledge, 1999.

FORMAN, F. N.; BALDWIN, N. **Mastering British Politics**. 4 Ed. Macmillan, 1997.

FORREST, R.; KEARNS, A. Social Cohesion, Social Capital and the Neighbourhood. **Urban Studies**. v. 38, 2001. (Número especial). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/46214297_Social_Cohesion_Social_Capital_and_the_Neighbourhood>. Acesso em: 10 out. 2018.

FRATTINI; T. DUSTMANN, C. The fiscal effects of immigration to the UK. **The Economic Journal**, v. 124, n. 583, p. 593-643, 2014. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/eoj.12181>>. Acesso em: 14 set. 2018.

FREEMAN, G. P. Politics and Mass Immigration. IN: GOODIN, R; TILLY, C. Contextual Political Analysis. New York: Oxford University Press, 2006.

FUKUYUAMA, F. **Trust: social virtues and the creation of prosperity**. New York: Free Press, 1995.

GIBSON, L. Measuring Political Tolerance and General Support for Pro-Civil Liberties Policies: Notes, Evidence, and Cautions. **Public Opinion Quarterly**, v. 77, n. 1, p. 45–68, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/poq/nfs073>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

GRANT, C. Why Britain voted to leave? **Centre for European Reform Bulletin**. v. 108, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://www.cer.eu/publications/archive/bulletin-article/2016/why-britain-voted-leave-if-it-does>>. Acesso em 25 out. 2018.

GOODWIN, M.; HEATH, O. The 2016 Referendum, Brexit and the Left Behind: An Aggregate-level Analysis of the Result. **The Political Quarterly**, v. 87, n. 3, p. 323-332, 2016.

HAIGRON, D. “Caring” John Major: portrait of a Thatcherite as a One-Nation Tory. **Observatoire de la société britannique**. n. 7, v. 1, 2009. Disponível em: <http://www.bsa.natcen.ac.uk/media/39148/bsa34_immigration_final.pdf>. Acesso em 14 out. 2018.

HAINMUELLER, J.; HISCOX, M. Attitudes toward Highly Skilled and Low-skilled Immigration: Evidence from a Survey Experiment—Erratum. **American Political Science Review**. v. 104, n. 3, p. 624-624, 2010. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~jhain/Paper/APSR2010.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

HALL, S.; DU GAY, P. **Questions of Cultural Identity**. Longon: Sage Publications, 1996.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HANSEN, R. Globalization, Embedded Realism, and Path Dependence: The Other Immigrants to Europe. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 3, p. 259–283, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0010414002035003001>>. Acesso em: 19 set. 2018.

- HARDING, R. **Head of Public Attitudes**. Oxford: The National Centre for Social Research, 2018.
- HATTON, T; WHEATHLEY PRICE, S. Migration, migrants and policy in the United Kingdom. **IZA Discussion Paper**, n. 81, 1999. (Edição especial). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/iza/izadps/dp81.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- HATTON, T.; LEIGH, A. Immigrants assimilate as communities, not just as individuals. **Journal of Population Economics**, v. 24, n. 2, p. 389-419, 2011. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/sprjopoec/v_3a24_3ay_3a2011_3ai_3a2_3ap_3a389-419.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.
- HEATH, A.; RICHARDS, L. Contested boundaries: consensus and dissensus in European attitudes to immigration, **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2018. (Edição e número especiais). Disponível em: <<http://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Briefing-UK-Public-Opinion-toward-Immigration.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- HERZ, M; HOFFMAN, A. **Organizações Internacionais: História e prática**. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. : PUC, Instituto de Relações Internacionais, 2004.
- HILLS, J. et al. **Winners and losers in the crisis: the changing anatomy of economic inequality in the UK 2007-2010**. Social Policy Research. London School of Economics Press. 2013. Disponível em: <<http://sticerd.lse.ac.uk/dps/case/spcc/rr02.pdf>>. Acesso em 18 out. 2018.
- HOBOLT, S. B. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. **Journal of European Public Policy**, v. 23, n. 9, p.1259-77, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2016.1225785>>. Acesso em 14 out. 2018.
- HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. Cambridge: Cambridge University. 2005.
- INGLEHART, R. Cultura e Democracia. IN: HARRISON, L.; HUNTINGTON, S. (Orgs.). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.
- INTERNATIONAL PASSENGER SURVEY - IPS. **Quality information in relation to migration flows**. 2018. (Report). Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/methodologies/internationalpassengersurveyqualityinformationinrelationtomigrationflows>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- IPSOS MORI. Ipsos MORI: The perils of perception Dataset. **Inventory of migrants activities**. Joint Research Centre. 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/knowledge4policy/dataset/ds00137_en>. Acesso em: 14 set. 2018.

IPSOS MORI. **Veracity Index 2016**. Social Research Institute. 2016. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/sites/default/files/migrations/en-uk/files/Assets/Docs/Polls/ipsos-mori-veracity-index-2016-charts.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

IPSOS MORI 2017. Shifting Ground: 8 key findings from a longitudinal study on attitudes towards immigration and Brexit. Disponível em: <<http://www.ipsos-mori.com/terms.>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ISHKANIAN, A. The Brexit vote was driven by the losers of globalisation. IN: LSE **Brexit**. 2018. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/brexit/2018/06/18/the-brexit-vote-was-driven-by-the-losers-of-globalisation-but-thats-hardly-the-whole-story/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

JACKMAN, R. W.; MILLER, R. A. Renaissance of political culture? **American**

JOHN, P.; LIU, H.; FIELDHOUSE, E. The civic culture in Britain and America fifty years on. **Social Change**. 2017. (Edição especial). Disponível em: <<http://hummedia.manchester.ac.uk/institutes/cmist/archive-publications/working-papers-isc/2010/TheCivicCultureinBritainandAmerica.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

JOHNSON, R.; MATLARY, J. H. **The United Kingdom's Defence After Brexit: Britain's Alliances and Coalitions**. Oxford: Palgrave MacMillan, 2018.

JOHNSTON, M.; JOWELL, R. How robust is civil society? In: PARK, J.; CURTICE, J.; THOMSON, K; JARVIS, L; BROMLEY, C. **British Social Attitudes Survey: British Social Attitudes: the 18th report**, Sage Publications, p. 175-197, 2011. Disponível em: <<http://methods.sagepub.com/book/british-social-attitudes-the-18th-report/n8.xml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

KANT, I. **A paz perpétua**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Luso Sofia Press, 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

KASSIM, H.; PETERS, B. G.; WRIGHT, V. **The National Co-Ordination of EU Policy: The Domestic Level**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KATZENSTEIN, P. International relations and domestic structures: Foreign economic policies of advanced industrial states. **International Organization**, v. 30, n. 1, 1-45, 1976. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/international-relations-and-domestic-structures-foreign-economic-policies-of-advanced-industrial-states/857160A8D0CC2368508CE6A3098D49EB>>. Acesso em: 14 set. 2018.

KEOHANE, R.; NYE, J. Power and Interdependence. **International Organization**, v. 41, n. 4, p. 725-753, 1977. Disponível em: <http://www.ri.ie.ufrj.br/intranet/arquivos/power_and_interdependece.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

KRASNER, S. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

KRASTEV, Ivan. **After Europe**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 2017.

KUNOVICH, R.; DEITELBAUM, C. Ethnic conflict, group polarization, and gender attitudes in Croatia. **Journal of Marriage and Family**, v. 66, p. 1089–1107, 2004.

KUNOVICH, R. M. Social structural position and prejudice: an exploration of cross-national differences in regression slopes. **Social Science Research**, v. 33, n. 1, p. 20-44, 2004. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Social-structural-position-and-prejudice-%3A-an-of-in-Kunovich/fd0863b9af2b46bea26d72d97b8c9396cd67283b>>. Acesso em: 26 out. 2018.

LARSEN, H. Brexit and the EU as an international actor. IN: DIAMOND, P.; NEDERGAARD, P.; ROSAMOND, B. **The Routledge Handbook of the Politics of Brexit**. New York: Routledge, 2018.

LIJPHART, A. **Democracies**: patterns of majoritarian and consensus government in twenty one countries. New Haven: Yale University Press, 1984.

LIPSET, S. M. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **The American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1951731?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MASSEY et al. Measuring Undocumented Migration. **International Migration Review**, v. 38, p. 1075-1102, 2004. (Número especial). Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1747-7379.2004.tb00229.x>>.

MAYNOR, J. **Republicanism in the modern world**. Cambridge: Polity Press, 2003. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/13b5/8178a9af575677af646049863b1a5add3899.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MELLON, J.; EVANS, G. Class, Electoral Geography and the Future of UKIP: Labour's Secret Weapon? **Parliamentary Affairs**, v. 69, n. 2, p. 492-498, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/pa/gsv013>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MOISES, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Nov. 2018.

MWUK. Migration Watch United Kingdom. **Net migration statistics**. 2017a. (Report). Disponível em: <<https://www.migrationwatchuk.org/statistics-net-migration-statistics>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MWUK. Migration Watch United Kingdom. **Opposition to immigrants/immigration 1964-2016 chart**. 2017b. Disponível em: <<https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/charts/opposition-to-immigrants-immigration-1964-2016/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/30141034/teoria-das-relacoes-internacionais---joao-pontes-nogueira-e-nizar-messaripdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

NYE, J. Soft Power: the means to success in world politics. IN: NYE, J. **Wielding Soft Power**. 2004. Disponível em: <Soft Power: The Means to Success in World Politics – Joseph S. Nye, Jr. Chapter 4 - Wielding Soft Power>. Acesso em: 14 jul. 2018.

O'TOOLE, F. Brexit is being driven by English nationalist movement and it will end in self-rule. **Irish Times**. 19 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.europeanpressprize.com/article/brexit-driven-english-nationalism-will-end-self-rule/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

ONS. Office for National Statistics. **Births in England and Wales 2017**. 2017. (Report).

Disponível em:

<<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/livebirths/bulletins/birthsummarytablesenglandandwales/2017>>. Acesso em: 14 set. 2018.

ONS. Office for National Statistics. **International migration**. 2018. (Report). Disponível em:

<<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Índice de estimativa populacional**: Reino Unido. 2018.

Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/countries/united-kingdom-population/>>.

Acesso em: 20 set. 2018.

ONUJI, J.; MAGALHÃES, R. N.; OLIVEIRA, A. J. Protagonismo e Inserção Internacional: Opinião Pública e Política Externa. Encontro da ABCP. 8. Gramado, 01-04 ago. 2012. 2012.

Disponível em:

<<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/protagonismo-e-insercao-internacional-opiniao-publica-e.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PATEMAN, C. Political Culture, Political Structure and Political Change. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 3, p. 291-305, 1971. Disponível em:

<https://econpapers.repec.org/article/cupbjposi/v_3a1_3ay_3a1971_3ai_3a03_3ap_3a291-305_5f00.htm>. Acesso em 11 out. 2018.

PECEQUILO, C. S.; LUQUE, A. A. Estados Unidos e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016). **Meriano**, v. 47, n. 17, 2016. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/312546017_Estados_Unidos_e_Russia_Convergencia_e_Divergencia_Geopolitica_1989-2016>. Acesso em: 14 set. 2018.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Vozes, 2004.

PECEQUILO, C. S. **Manual do Candidato**: Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2010.

PETTIT, P. **Republicanism**: A Theory of Freedom and Government. Oxford University Press. 1997.

PORTES, A. The debates and significance of immigrant transnationalism. **Global Networks**, v. 1, n. 3, p. 181-194, 2003. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1471-0374.00012>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PUTNAM, R. **Bowling alone**: The collapse and revival of American community. New York: Simon and Schuster, 2001.

PUTNAM, R. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2018.

PUTNAM, R. **Making democracy work**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1993. Disponível em: <<https://epdf.tips/making-democracy-work-civic-traditions-in-modern-italy.html>>. Acesso em: 16 set. 2018.

PYE, L.; VERBA, L. **Political Culture and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: Vícios e virtudes. **BIB**, n. 45, p. 71-92, 1998. (Edição especial). Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>>. Acesso em: 20 out. 2018.

RICHARDS, L.; HEATH, A. Support for Immigration from Six Countries of Origin: How much do Leave and Remain Voters Differ? **Centre for Social Investigation**, 2018. (Working paper, 3). Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~jh25.%20RICHARDS,%20L.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

RIENZO, C.; VARGAS-SILVA, C. **Migrants in the UK: An Overview**. Migration Observatory. COMPAS, University of Oxford, 2018. (Policy Brief).

SATO, E. A Agenda Internacional Depois Da Guerra Fria. **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SHAW, D.; SMITH, C.; SCULLY, J. Why did Brexit happen? Using casual mapping to analyse secondary, longitudinal data. **European Journal of Operational Research**. n. 263, p. 1019-1032, 2017. (Volume especial). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/eee/ejores/v263y2017i3p1019-1032.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SHERPLE, K. Studying institutions: some lessons from the rational choice approach. **Journal of Theoretical Politics**, v. 1, n. 2, p. 131-147, 2015. Disponível em: <https://scholar.princeton.edu/sites/default/files/tpavone/files/kenneth_schepsle-studying_institutions-lessons_from_the_rational_choice_approach.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SHIN, D. C. Popular support for democracy and its institutions in Korea: the dynamics and sources of regime support and institutional trust. **International Review of Sociology**, v. 16, n. 3, p. 665-682, 2005.

SKIDELSKY, R. The UK was never truly part of the European Union. The organisation Britain will be leaving is far from marching confidently ahead to political union. **Financial Times**, [S.l.], 17 June 2018. Disponível em: <<https://www.ft.com/articles/britain-was-never-truly-part-of-the-eu-20180717>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SOBEL, R. **The impact of public opinion on US foreign policy since Vietnam**. Oxford, Oxford University Press, 2001.

STREET, J. Political Culture - from civic culture to mass culture. **British Journal of Political Science**, v. 24, n. 1, p. 95-113, 1994. Disponível em

<<https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/political-culture-from-civic-culture-to-mass-culture/EA16A7BA7B7FECE3003CCB8D08F5BB66>>.

Acesso em 18 ago. 2018.

SWEDLOW, B. Political Culture. IN: CLAYES, G. (Ed.). **Modern Political Thought**. Illinois: CQ Press, 2013, p. 624-626.

THIELEMANN, E. R.; SCHADE, D. Buying into myths: free movement of people and immigration. **Political Quarterly**, v. 87, n. 2, p. 139-147, 2016. Disponível em:

<<http://eprints.lse.ac.uk/65800/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

TILFORD, S. Britain, immigration and Brexit. **Centre for European Reform Bulletin**, v. 105, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.cer.eu/sites/default/files/bulletin_105_st_article1.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

TOLOSSA, N. V. **The European security and defence policy and collective identity: the United Kingdom under Tony Blair**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2004. Disponível em:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_40c03715d47ff29df5f1ebcec2b1dedc/Details>.

Acesso em: 10 set. 2018.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Migrant/Migration. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/migrant/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

UNIÃO EUROPEIA - UE. Ato único europeu. Livro Branco da Comissão ao Conselho Europeu, Milão, 14 jun. 1985. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Axy0027>>. Acesso em: 14 out. 2018.

UNITED KINGDOM. Home Office. **User Guide to Home Office Immigration Statistics**.

Home Office, London, May 2017. Disponível em:

<https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/734677/user-guide-immigration-statistics.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Human rights of migrants**. 2018a.

Disponível em:

<<https://www.ohchr.org/en/issues/migration/srmigrants/pages/srmigrantsindex.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2018.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. Office of the United Nations High Commission on Human Rights. Folheto Informativo, n. 27. Diecisiete Preguntas Frecuentes Acerca de los relatores especiales de las Naciones Unidas. 2018. Disponível em:

<<https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FactSheet27sp.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018b.

VASILOPOULOU, S. UK Euroscepticism and the Brexit Referendum. **The Political Quarterly**, v. 87, n. 10, p. 1111-1167, 2016. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-923X.12258>>. Acesso em: 12 out. 2018.

VISENTINI, P. G. F. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). IN: MACEDO, J. (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.123-137.

VOTING nears end in the UK referendum on EU. **BBC**, [S.l.], 23 June 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36602702>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

WADSWORTH, J. et al. **Brexit and the impact of immigration on the UK**. Centre for Economic Performance. The London School of Economics, 2016. (Paper Brexit, 05). Disponível em: <cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit05.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

WELZEL, C.; INGLEHART, D.; KINGEMANN, H. **Human Development as a General Theory of Social Change: A Multi-Level and Cross-Cultural Perspective**. Discussion Paper, n. 3, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/252478524_Human_development_as_a_general_theory_of_social_change_A_multi-level_and_cross-cultural_perspective>. Acesso em: 14 nov. 2018.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. 1999. Disponível em: <<http://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2013/10/Wendt-Social-Theory-of-International-Politics.pdf>>. Acesso em jun. 2018.

WIATR, J. The civic culture from a marxist-sociological perspective. IN: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) **The civic culture revisited**. Newbury Park: Sage, 1989, p. 103-123.

WIMMER, A; SCHILLER, N. G. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**. v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1471-0374.00043>>. Acesso em: 15 set. 2018.

ZIELONKA, J. **Is the EU Doomed?** Cambridge: Polity Press, 2014.